

**Miriam Dornas Gomes Pereira**

**O PONTO ARQUIMÉDICO DA FILOSOFIA CONCRETA SEGUNDO A  
CONCEPÇÃO DE MÁRIO FERREIRA DOS SANTOS**

Monografia de bacharel em Filosofia

Orientador: Marco Heleno Barreto

Belo Horizonte  
FAJE – Faculdade de Filosofia e Teologia  
2019

**Miriam Dornas Gomes Pereira**

**O PONTO ARQUIMÉDICO DA FILOSOFIA CONCRETA SEGUNDO A  
CONCEPÇÃO DE MÁRIO FERREIRA DOS SANTOS**

Monografia apresentada ao Departamento de Filosofia da Faculdade de Jesuíta de Filosofia e Teologia, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Filosofia.

**Área de Concentração:** Metafísica

**Orientador:** Marco Heleno Barreto

Belo Horizonte  
FAJE – Faculdade de Filosofia e Teologia  
2019

**Miriam Dornas Gomes Pereira**

**O PONTO ARQUIMÉDICO DA FILOSOFIA CONCRETA SEGUNDO A  
CONCEPÇÃO DE MÁRIO FERREIRA DOS SANTOS**

Monografia apresentada ao Departamento de Filosofia da Faculdade de Jesuíta de Filosofia e Teologia e \_\_\_\_\_ pela seguinte banca examinadora:

---

Prof. Marco Heleno Barreto - Orientador

---

Prof. Xxxxx - Banca examinadora

---

Prof. Xxxxx - Banca examinadora

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Ecce ancilla Domini. Fiat mihi secundum verbum tuum.

*Pode vir alguma coisa boa de Nazaré? Respondeu-lhe Filipe: Vem e vê.*

(João, 1:46)

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	5
2	A FILOSOFIA CONCRETA .....	11
3	ASPECTOS ESSENCIAIS DA FILOSOFIA CONCRETA: TEORIA, APODITICIDADE, DEMONSTRAÇÃO .....	18
3.1	Da teoria.....	18
3.2	Da apoditicidade .....	19
3.3	Da demonstração .....	20
4	A SOLUÇÃO APRESENTADA PELA FILOSOFIA CONCRETA.....	23
4.1	Refutação .....	24
4.2	Concreção positiva: o ponto arquimédico .....	26
4.2.1	Argumentos complementares que validam o postulado principal <i>alguma coisa há</i> .....	29
5	O SER .....	31
6	AS CARACTERÍSTICAS DO SER.....	41
7	CONCLUSÃO .....	46
	REFERÊNCIAS.....	51

# 1 INTRODUÇÃO

A filosofia surge da necessidade do ser humano de responder ao seu anelo fundamental pela busca de sentido. Compreendida, em seu alvorecer, como a *Mathesis Megiste*, a sabedoria suprema, a filosofia nasceu com a pretensão de unificar o entendimento da realidade, alçando o homem a patamares que lhe permitissem o conhecimento das primeiras e últimas causas de todas as coisas.

Ao tornar-se central, tal demanda instaurou a era da razão, que passou a exigir respostas fundadas em verdades apodíticas, universais e necessárias, pontos arquimédicos sobre os quais se erigiria o edifício do saber.

Foi assim que a filosofia atravessou os séculos até os nossos dias. Mas na pós-modernidade, entretanto, na esteira das divisões dos saberes inaugurada pelas revoluções científicas, a filosofia perde seu estatuto privilegiado de fundamento das ciências. Questiona-se a existência de invariantes ontológicos fundantes da própria realidade. Mesmo se existirem, são inacessíveis à mente humana. Relativiza-se, assim, o papel da filosofia, que passa a ser vista como capaz de apenas postular juízos meramente assertóricos. Adentramos a era dos relativismos, como o nihilismo, o ateísmo, o subjetivismo ético, o materialismo.

Não surpreende, portanto, que, diante desse quadro de terra arrasada, muitos sejam os filósofos que se voltam para as várias contribuições positivas da filosofia auferidas em seu desenrolar histórico, em busca de soluções às várias crises de sentido que se impuseram aos nossos tempos.

Mário Ferreira dos Santos faz parte desse grupo. Uma atividade fascinante a todos aqueles que se consideram amantes do saber é percorrer o pensamento filosófico do brasileiro Mario Ferreira dos Santos. Na imensa diversidade cultural de nosso país, de sob o vai-e-vem frenético de uma sociedade buliçosa, surgiu uma voz autônoma e criadora, capaz de dialogar *pari passu* com os grandes *scholars* de todos os tempos. Mario Ferreira dos Santos, por meio da riqueza e amplitude de sua obra, portador de um pensamento límpido e original, generoso com seu leitor pela precisão dos termos e extrema objetividade, inscreve seu nome na história do pensamento filosófico brasileiro.

Seu projeto filosófico nasce de um profundo desejo pessoal em refutar as teses relativistas e céticas que vigoram em nossos dias, que não só perturbam as mentes

desprevenidas, incutindo-lhes uma desconfiança infundada e injusta, como também estão eivadas de erros crassos, há muito denegados e solucionados pelos grandes filósofos.

Sua filosofia é eminentemente positiva, estruturada na sequência filosófica que vem de Pitágoras através de Sócrates, Platão e Aristóteles e, em seguida, continua com os escolásticos maiores, e que procura resgatar as grandes contribuições já conquistadas em mais de dois mil anos de história da filosofia. As melhores mentes já atingiram grandes sínteses e já contemplaram verdades profundas. O manancial de recursos à disposição da humanidade é de valor inestimável. Mas muitas dessas conquistas, principalmente as dos medievalistas, que avançaram de forma notável as contribuições metafísicas iniciadas com os gregos, são desconhecidas dos filósofos da modernidade. Velhas questões, refutadas há séculos, ressurgem na era atual reivindicando ineditismo. Santos é um crítico ferrenho da filosofia desenvolvida desde Kant até nossos dias, justamente porque esta filosofia desconhece e, por isso, despreza as altas sínteses do pensamento alcançadas nos séculos XIII e XIV, como, por exemplo, por Tomás de Aquino, Duns Scot, São Boaventura e Suarez.

Faz-se necessário uma nova forma de filosofar. Uma forma que resgate da tradição as grandes positivities que foram conquistadas em mais de dois mil anos de exercício filosófico e as integre, e que seja capaz de fornecer o arcabouço teórico necessário para tematizar as grandes questões, ora relegadas ao plano da mera ficção.

Uma filosofia, portanto, bastante audaciosa. Este projeto filosófico deverá, em primeiro lugar, estudar toda a história da tradição filosófica e recolher o melhor (nas palavras de Santos, as positivities) de cada filósofo para empregar, não apenas um, mas todos os métodos que já foram usados e que são conhecidos. Deverá, também, ser capaz de provar as teses metafísicas, recorrendo a demonstrações apodíticas que tenham a força da certeza imediata.

Mário Ferreira dos Santos, assim, inicia seu itinerário filosófico. Durante grande parte de sua vida, estuda e aprende com os mestres. Retém e conserva o que de melhor cada um ofereceu. Dotado de uma mente poderosa, estuda todas as áreas da filosofia tornando-se um excelente comentador e ensaísta. Em 1952, dá início à publicação de sua monumental obra filosófica, a *Enciclopédia das ciências filosóficas*, rica produção filosófica que totaliza mais de 50 volumes e que, como o próprio nome indica, pretende ser um estudo sistemático da filosofia em todos os seus vários ramos. Desde esta data até sua morte, em 1968, Santos trabalha incansavelmente em seu projeto, conseguindo, ainda em vida, publicar a quase totalidade da *enciclopédia*.

Os nove primeiros livros do autor são obras sistemáticas de introdução à filosofia, em seus vários ramos. Assim, temos *Filosofia e cosmovisão* (1952); *Lógica e dialética* (1953); *Psicologia* (1953); *Teoria do conhecimento (gnosilogia e criteriologia)* (1954); *Ontologia e cosmologia* (1954); *Tratado de simbólica* (1956); *Filosofia da crise* (1956); *O Homem perante o infinito* (1956); *Noologia geral: a ciência do espírito* (1956).

Mas é com a publicação da décima obra, *Filosofia concreta* (1957), que Santos supera a categoria de comentador ou ensaísta para ascender, definitivamente, ao patamar de filósofo: não mais escrever *sobre* filosofia, mas pensar a filosofia de modo próprio, *fazer* filosofia.

Contam-nos os mestres que a síntese filosófica é a conclusão de um longo caminho filosófico de busca e perquirição. Por meio de um esforço discursivo (de discorrer, correr por entre), a razão dianoética, presidida pelos rigores do *logos*, percorre de forma exaustiva, através da tensão entre ideias (movimento dialético) um caminho de entendimento que culmina, quando bem-sucedido, na pura intelecção. Neste momento de descoberta, ou de *intuição apofântica*, como era conhecido pelos medievais, os elementos antes díspares e separados se organizam em uma síntese (do grego *syn*, com e *thesis*, posto; composição). A mente se aquieta porque compreende (do latim *cum* e *prehendere*, tomar junto, tomar com) que um momento de verdade (em grego *alétheia*, literalmente: “*des-esquecer*”; desocultar) lhe foi *revelado* (sem o “*velum*”, véu). Parece ter sido também essa a trajetória filosófica de Santos.

De acordo com relatos de sua família<sup>1</sup>, Santos estava lecionando quando, durante a aula, uma ideia inusitada subitamente lhe ocorre. Pede desculpas e se retira, pois precisava urgentemente anotar o que tinha intuído. Eram nada mais nada menos do que as principais teses que formariam a estrutura geral da *Filosofia concreta*. Como a faísca que sobrevém ao atrito e recompensa o esforço por meio de sua luz, Mário vislumbra uma forma de conectar os pontos de tudo o que estudara até então, em busca dessa almejada unidade sintética, que só a poucos - os sábios, é dado alcançar (MARTINO, 2009).

*Filosofia concreta* é o ponto de chegada de um pensamento brilhante que, ao longo do tempo, foi se aquilatando em grandeza. Após ter alcançado esse patamar de entendimento com a *Filosofia concreta*, o pensamento filosófico de Santos não para, e ele dá continuidade à sua obra, publicando a sequência da *Enciclopédia*. Esta, por sua vez, nada deixa a desejar à primeira parte. Ao contrário, pela força das novas sínteses a que chega nosso autor, ultrapassa-a em

---

<sup>1</sup> Para mais detalhes sobre a biografia de Mário, ver Carvalho, Olavo Mario Ferreira dos Santos e o nosso Futuro, em *A Filosofia e seu Inverso*, p.151.

profundidade e apresenta-se quase como um momento de êxtase contemplativo da realidade. É absolutamente inacreditável que um autor de tal calibre filosófico tenha passado despercebido pela história e seja um total desconhecido em nosso meio.

Apesar de a obra de Santos ser bastante profícua ao versar sobre a quase totalidade dos temas filosóficos, defendo que a *Filosofia concreta* ocupa o eixo central do seu *corpus filosoficum*, uma vez que desempenha uma dupla função: é, em primeiro lugar, uma proposta de síntese filosófica que pretende descrever a estrutura geral da realidade e que encontra sua validação no rigor demonstrativo de suas teses, mas também - e esse é o aspecto mais relevante - pretende ser o ponto arquimédico de sustentação de todo o empreendimento filosófico enquanto atividade humana.

Esse ponto é de capital importância e merece ser mais detalhadamente desenvolvido. Como dissemos, podemos notar, com pesar, que a filosofia, ao longo dos últimos séculos, desde o advento do novo paradigma racionalista que caracteriza a modernidade, vem paulatinamente perdendo seu estatuto de empreendimento teórico privilegiado capaz de penetrar a realidade e decifrá-la. Desde então, e sempre de forma progressiva, constantes objeções são arguidas quanto à capacidade da razão humana em estabelecer critérios suficientemente seguros para um conhecimento verdadeiro. Santos (2009)<sup>2</sup> atribui esse estado de coisas a um defeito inerente ao *racionalismo abstratista*, uma das formas viciosas de que se revestiu a filosofia moderna, e que infelizmente encontra aplausos no meio filosófico. Este tipo de racionalismo vicioso peca por não entender a diferença entre *distinção* e *separação*. *Distinção* é quando o filósofo identifica os elementos componentes da realidade, mas não *cria uma distância artificial entre eles*, pois compreende que a realidade forma uma unidade essencial e é tão somente o espírito humano, em sua função abstratora, quem separa o que, na natureza, está unido. Já a *separação* é esse equívoco filosófico cometido por aqueles que não veem com clareza a especificidade de cada ordem e conflitam o processo noético de conhecimento com a realidade ontológica, *e passam a enxergar como real o que é meramente lógico e que apenas foi abstratamente separado pela mente*. As filosofias erguidas a partir deste dualismo ontológico viciado são, por conseguinte, *filosofias da separação*, que, como tal, não possuem o arcabouço teórico necessário capaz de explicar a unidade originária da realidade.

Essa dificuldade em perceber os limites da lógica, e, portanto, da estruturação da própria da linguagem, favorece a criação de uma *ontologia de separação* que cria abismos, dividindo

---

<sup>2</sup> Mário desenvolve uma mais completa exposição deste tema em FC, p.180,181.

a realidade em polos estanques: mundo do ser e mundo do pensar, sujeito e predicado, pensar e sentir, pensamento e percepção são alguns exemplos. Tão grande é o hiato que se interpõe que muitos “filósofos”, ou já não sabem mais reunir os elementos que separaram, por um vício abstratista sem *fundamento in re*; ou duvidam de qualquer proposta de síntese por não encontrarem mais nenhum *ponto em comum* que analogue, de forma inequívoca, a esfera do pensamento à esfera do ser.

E ao se enfraquecerem os liames que atam a filosofia à realidade, o esforço filosófico vai pouco a pouco perdendo sua ancoragem no mundo, transformando-se de *speculum* da realidade em mera atividade do pensamento, sem lastro real. Suas construções teóricas passam a ser consideradas, por muitos, como meras ficções, seu valor passa a ser subjetivo, não há mais certezas, mas meras opiniões e todo o projeto filosófico soçobra, questionado em suas bases.

Por isso o sentido e a importância da *Filosofia concreta* que pretende ser esse *caminho (méth`odós)* que possibilitará à filosofia resgatar seu estatuto privilegiado de *Mathesis Megiste*, sabedoria suprema, ao promover a reunificação das duas ordens, a lógica e a ontológica, por intermédio de um *ponto arquimédico fundamental, comum a ambas as realidades*. Pois um ponto unificador certo e indubitável, universalmente válido, verdadeiro tanto lógica quanto ontologicamente e justificado por demonstrações apodíticas terá a força teórica necessária para fundar o edifício do conhecimento e, conseqüentemente, devolver à filosofia seu grau de certeza e, portanto, de verdade.

Este ponto arquimédico é: Alguma coisa há. Partindo deste ponto inicial, mais de trezentas teses são deduzidas, sempre demonstrando, por todos os modos de demonstração já realizados na história da filosofia, a validade de cada postulado. Ao final, alcança-se uma visão sinótica onde todos os pontos estão apoditicamente justificados, permitindo que se construa uma rede connexionada de certezas universais.

Resistirá a construção filosófica de Santos ao escrutínio do mundo? Terá justamente de nossas terras surgido uma voz desconhecida, mas portentosa, que através de seu trabalho grandioso, devolverá à filosofia o seu lugar privilegiado de *Mathesis Megiste*, afastando de nosso tempo o desespero, a desrazão e a falta de sentido, nódoas que maculam o pleno desenvolvimento do livre pensar?

Tal o objetivo deste trabalho. Pois que há uma verdade universal e necessária, sempre acreditamos. Mas que ela possa ser demonstrada de forma definitiva, eis um novo alento à filosofia e ao filosofar.

Eis, portanto, a filosofia de Mario Ferreira dos Santos. Que ela fale por si.

## 2 A FILOSOFIA CONCRETA

Assim Santos denomina seu projeto filosófico. Este modo de filosofar busca construir uma filosofia unitiva que espelhe a estrutura geral da realidade através de uma arquitetura de teses e postulados, que são justificados apoditicamente e que possuam validade universal em todos os diferentes planos da realidade. O conhecimento, para ser concreto, deve ser válido tanto ôntica como ontologicamente, bem como estar fundado em leis matemáticas, que são as leis do Ser. Um conhecimento que não se subordina a essa exigência, que não se estrutura de forma coerente levando em conta a escalaridade da realidade, é um conhecimento meramente provisório. Eis, pois, o conceito de Filosofia concreta, que etimologicamente vem de *concretum*, de *crescior*, crescer com, crescer com outros, significando a exigência de se construir um sistema filosófico circular e interconectado, que seria o reflexo especular da própria realidade que, em seu existir fático, realiza-se como uma teia harmônica de relações, um conjunto coordenado que forma uma unidade cósmica.

A realidade, tal qual a apreendemos por meio dos sentidos, que é o primeiro instrumento de que dispomos para conhecer o mundo real, aparece para nós de forma caótica e desigual, não homogênea. O mundo é visto como uma sucessão de acontecimentos diversos, diferentes e diversificados.

Já pela luz natural da razão, que constitui uma forma superior de percepção da realidade, e que é a forma propriamente humana de conhecimento, percebemos que, subjacente a essa incessante mudança, há uma ordem, um sentido, um *logos* (lei) que conexas os elementos aparentemente díspares.

E o ser humano quer entender esta ordem, descobrir as leis, os princípios que organizam o aparente caos. Busca conexões, perquire o mundo em busca desses *logoi*, dessas leis universais que analogam a realidade em cada um de seus diferentes níveis.

Ao dar início a essa busca, imediatamente constata que a razão humana é incapaz de abarcar esta ordem na sua totalidade. Não nos é dado contemplar o mundo *sub specie aeternitatis*, sob a perspectiva da eternidade.

Então, como opera a razão no processo de conhecimento? A inteligência recorta a realidade e a analisa por partes. Vai extraindo do todo os aspectos que deseja compreender, na

esperança de reconstruir, de reconfigurar o sentido universalizante original. Vejamos os passos desse processo.

O processo cognitivo tem como ponto de partida o mundo da experiência. O conhecimento se inicia por meio do contato com os objetos materiais que compõem a realidade que nos circunda, pois são estes os primeiros a estimular os nossos sentidos. Sobre esse material captado pela sensibilidade formamos a mais primitiva forma de cognição, uma imagem do objeto, que é o *phantasma* de que falava Aristóteles. Esta é a cognição sensitiva, que compartilhamos inclusive com os animais. Captamos o objeto individual que se apresenta imediatamente a nossa frente. Assim, vemos *isto* que aparece *desta* forma. Captamos sempre o singular.

Após esta forma sensível de cognição, inaugura-se o que propriamente constitui a cognição intelectual. Esta se realiza por meio da abstração (*aphairesis*), que consiste em tomar separadamente, pela mente, o que na coisa está junto com as outras. Segundo explica Mário, a abstração é um “processo de operações regressivas que parte das realidades particulares para atingir as universais, que são apreendidas progressivamente em três níveis” (SANTOS, 1967, p.8).

Assim vejamos.

No primeiro grau de abstração, captamos não mais um objeto singular, *este objeto*, mas sua generalidade, pois a cognição intelectual já ultrapassa a singularidade. Reunindo as semelhanças e afastando as particularidades, construímos o conceito. Exemplificando: vemos vários “animais de quatro patas e que latem” e construímos o conceito de cachorro. Sabemos que em muitos pontos eles são diferentes, grandes, pequenos, pretos, brancos, não importa; descartamos o que os caracteriza individualmente para reuni-los em sua forma universal. Estes conceitos são ainda materiais, pois ainda encontramos exemplares deles na realidade. Porém, quando dizemos *o cachorro*, não nos referimos mais a um cachorro, mas a espécie cachorro, e temos, como exemplo, as várias espécies, como homem, animal, mamífero; bem como objetos, cores, etc. Tais conceitos estruturam as bases das diversas ciências, que se tornaram possíveis a partir do momento em que o ser humano conquistou a capacidade de abstrair para buscar a generalidade, de analisar a natureza em suas estruturas. Pois não se faz ciência do particular, mas só do universal, e uma ciência como a cardiologia, para ficar em um exemplo, só foi possível quando se passou a estudar não apenas um, mas todos os corações.

Destes conceitos ainda de fundo material, podemos abstrair a *quantidade* (número, figura, etc.). Estas são as abstrações de segundo grau, que nos dão a matemática, a álgebra, a geometria. Assim, das coisas, podemos perceber sua quantidade numérica, *duas* maçãs, *três* laranjas, etc., sua figura, mesa *quadrada*, bola *redonda*, etc. A matemática, apesar de ter *fundamentum in re*, isto é, ter sido retirada das coisas numeráveis da realidade, não mais possui representantes no mundo físico, pois não são entes materiais, mas entes de razão. Não podemos “encontrar” o número 1 na realidade, mas percebemos a unidade em todas as coisas; não “vemos” *o triangulo em-si*, ou “*O quadrado*”, mas objetos que têm a forma triangular ou quadrada. Um ponto importante a esclarecer que, aliás, tem sido motivo de controvérsia ao longo de toda a história da filosofia, é que, embora os entes matemáticos não tenham um representante no mundo real, eles não são apenas abstrações arbitrárias ou meras criações da mente humana. Eles são conceitos retirados da realidade e é isso que garante sua validade ontológica. Não é na mente que esta a origem, o fundamento ou o princípio da matemática, mas sim na própria realidade, que tem uma estrutura própria independente e anterior ao conhecimento humano.

Essas abstrações de segundo grau são muito importantes, pois capacitam a mente humana a alcançar níveis mais avançados de entendimento. A matemática, entendida em seu sentido lato de metamatemática, ou linguagem simbólica universal, funciona como o elo de ligação que possibilita e sustenta o acesso ao terceiro nível de abstração, nível próprio da filosofia e do filosofar. Desde esse prisma torna-se claro o motivo por que Platão manda grafar na fachada principal de sua Academia a já tão conhecida máxima: “Que não entre aqui quem não for geômetra”.

As abstrações de terceiro grau são as abstrações máximas a que chega a mente humana. Neste nível, afastamos a accidentalidade (as características individuais, como fazemos nas abstrações de primeiro grau), afastamos a materialidade (como nas abstrações de segundo grau), e vamos considerar exclusivamente os aspectos mais universalizantes que determinam todo objeto e que, uma vez que são aspectos formais, independem de toda matéria e já não possuem representantes na realidade concreta.

Como exemplos de abstrações de terceiro grau podemos nomear: o ser, as diversas categorias, os conceitos de causa e efeito, anterioridade e posterioridade, sujeito e predicado, objeto, gênero, espécie, etc. Devido ao seu alto teor abstrativo, é nesse nível que se realiza a atividade filosófica propriamente dita, pois que demanda à mente uma grande capacidade de

universalização de conceitos. Aqui já não falamos mais em universais, que encontramos nas abstrações de primeiro grau, como, no exemplo, universal cavalo, beleza, humanidade, etc., mas em transcendentais, como são as categorias, por exemplo, que determinam não apenas grupos, maiores ou menores, mas todos os seres.

Tomemos um exemplo concreto: ao analisarmos as diversas realidades, em suas mais diversas ordens de manifestação, podemos encontrar o elo comum que as conecta, e percebendo que todas, de alguma forma são, em oposição ao nada, encontramos a dimensão máxima a que tudo unifica, o Ser. Ainda considerando a mesma realidade, percebemos que todos os seres possuem notas essenciais características que permitem que cada qual seja o que é, o pelo qual (*quid*) cada coisa é o que é em oposição a tudo que ela não é. E captamos a essência. Percebemos que as coisas não são soltas, (*ab-solutas*) mas possuem pontos em comum que as analogam, e percebemos que estão em relações, relações de relações sucessivas, até que intuímos uma relação que seja oniabrangente, e de novo encontramos o ser como o liame universal (SANTOS, 1967; 2009).

Foi através desse processo de ascensão constante que parte da experiência sensível e vai descortinando níveis cada vez mais profundos sempre em busca das causas primeiras, os *logoi arkhai*, - em linguagem pitagórica e platônica - que o ser humano pôde desenvolver um saber culto e encontrar um conhecimento para além das causas físicas, o conhecimento *metafísico*. Em outras palavras, filosófico.

A filosofia concreta se utiliza da teoria da abstração para fundamentar a filosofia e justificar a validade da metafísica. Mário defende que, se a teoria da abstração for estruturada da forma como foi desenvolvida acima, que é a forma correta como a entendiam seus proponentes, principalmente Aristóteles, estará justificada a possibilidade da metafísica, pois será da própria realidade que ela emergirá. A alegação de muitos de que a metafísica é uma mera ficção ou um devaneio perderá seu sentido. Pois é a própria realidade que fornece os fundamentos. É a partir da própria coisa, portanto com *fundamentum in re*, que a mente extrai as notas imprescindíveis com as quais construirá os conceitos. Pois todos estes objetos metafísicos, estes entes de razão, já estavam implicitamente contidos na realidade da coisa. A mente apenas explica, no sentido de desenrolar, o que estava desde sempre incluso no ente. Por isso podemos reverter as especulações metafísicas aos fatos da experiência, podemos aplicar a matemática ao mundo e o mundo corrobora, responde ao que a teoria estipula, por isso as teorias científicas, quando bem fundadas, produzem um conhecimento que é chancelado pela experiência concreta.

Este deve ser o caráter de uma verdadeira filosofia, uma filosofia que, de fato, consiga espelhar a realidade, pois partirá dela. Segundo Mário, os filósofos que compreenderam como se dá o caminho da metafísica, este processo de ascensão que nos leva a níveis de realidade sempre superiores, foram capazes de ir mais longe em seu ensejo especulativo e construir uma filosofia positiva, em que a realidade responde obedientemente ao que teorizam em seu discurso filosófico.

Podemos perceber que a realidade é multifacetada. Ao mesmo tempo em que é uma, é composta de níveis de aprofundamento que falam de uma escalaridade. Seu percurso tem por base a realidade sensível e ascende para planos subsequentes que revelam uma realidade inteligível. As leis e princípios de cada plano subordinam-se às leis e princípios do plano imediatamente superior.

É dado ao ser humano, por meio da luz natural da razão, desvendar esses planos de realidade, mesmo que seja lentamente e por etapas. Esse é o papel da filosofia concreta. Partindo da experiência, em uma escala ascendente, vamos “desembrulhando” a realidade, como em uma escada, onde um degrau é base para o próximo. A cada subida, a cada novo passo, checamos. Voltamos aos fundamentos para garantir que o processo não tenha perdido o lastro e enveredado por um caminho de um abstracionismo vicioso. Subimos até as causas primeiras e descemos até a experiência sensível. E assim sucessivamente.

Mário vê esse processo exemplarmente refletido nas filosofias de Platão e Aristóteles. Enquanto Aristóteles sobe dos degraus inferiores aos superiores, Platão desce dos degraus superiores aos inferiores. Aristóteles parte da experiência sensível e vai racionalizando a experiência, até chegar aos graus superiores. Já Platão, seguindo a linha pitagórica, parte dos *logoi*, dos *arkhai*, das ideias, e vai deduzindo para a realidade sensível. O que muda, nestas duas concepções, seria apenas o sentido do movimento, mas, na verdade, os mesmos degraus da concepção de um são os degraus da concepção do outro<sup>3</sup> (SANTOS, 2009).

Filosofia concreta é o nome que Santos deu à ideia de síntese entre a via ascensional de Aristóteles e a via descensional de Platão. O resultado será a unidade da filosofia, a tão sonhada busca que visa a unidade do conhecimento em todos os planos de manifestação da realidade.

---

<sup>3</sup> O paralelismo entre as filosofias de Platão e Aristóteles está explicado por Santos em um CD que faz parte de Filosofia Concreta, 2009.

Para esclarecer como Santos entende esta concreção circular, onde o inferior se subordina ao superior e os níveis máximos determinam e conformam os níveis inferiores de forma necessária, isto é, absoluta, passemos a um exemplo (SANTOS, 2009).

Nada se dá no mundo de forma independente, totalmente solto (*ab-solutum*). Percebemos que há, entre todas as coisas, uma lei, um *logos* que as analoga. Ou seja, há uma razão, uma lei que faz com que determinadas coisas se assemelhem, não apenas externamente, mas em sua constituição essencial. Tomemos a ideia dos conjuntos da matemática para nos ajudar na explicação<sup>4</sup>.

Imaginemos um triângulo de madeira. Ele é *este* triângulo. Então, primeiramente, participa do conjunto unitário *ele mesmo*. Neste nível, enquanto realidade sensível, obedece aos princípios ônticos como tempo, espaço, extensão, matéria, etc. Como não se dá isoladamente, seu conjunto unitário está contido em um conjunto maior, que poderia ser denominado a *espécie* triângulo, o *universal* triângulo, ou a *triangularidade*, que por ser um conjunto finito é limitado em sua extensão (só triângulos fazem parte desse conjunto) e em sua forma, seu *eidos*, pois possui uma forma de organização, (*essência*), um “arrançamento” intrínseco, um *logos* específico dos triângulos (por exemplo, triângulos possuem três ângulos que somam 180 graus, mas “pernas e braços” não são notas que caracterizam sua essência).

Mas esta lei, este *logos*, não é uma mera classificação humana, como explicamos anteriormente. A lei da triangularidade rege todos os triângulos, passados, presentes e futuros, que devem ser comportar, necessariamente, dentro dos limites impostos por sua configuração intrínseca. Tais leis, como qualquer outra lei, ou fórmula, *design* ou protótipo, nomes modernos para os conceitos clássicos de *forma e ideia*, não estão aqui nem ali, pois não são entidades físicas, mas *metafísicas*, portanto, fora do tempo e do espaço. São entes de razão, não entes cronotrópicos<sup>5</sup>.

E este conjunto se subordina ao conjunto *geometria*, com suas leis que regem as demais figuras. A geometria, por sua vez, também não se dá independente, mas faz parte de um

---

<sup>4</sup> Nos conjuntos da matemática os objetos são reunidos, como juntados ou agregados, como maçãs em uma cesta. No caso aqui em questão, a reunião se dá por sua natureza; os grupos estão reunidos porque participam de uma mesma realidade, repetem em si uma mesma estrutura. As semelhanças que percebemos se dão efetivamente nas coisas, quer de forma integral ou parcial, em conexões próximas e até remotíssimas.

<sup>5</sup> Eis aqui o verdadeiro pensamento de Platão no que se refere às ideias. Os filósofos que não conseguiram entender com profundidade o que ele queria dizer caricaturam o seu pensamento com perguntas pueris como, “onde está o mundo das ideias?”, ou “onde estão o branco-em-si e a triangularidade?” Evidente que a resposta é *em lugar algum*, nem *em um tempo determinado*, pois as ideias ou as leis não são objetos físicos, mas possuem outra natureza. Nem por isso são um mero nada ou uma criação humana. Sua realidade está além da realidade física, é uma realidade metafísica.

conjunto maior, a matemática, que pode ser classificada em outros conjuntos, até que cheguemos ao conjunto supremo, o conjunto do *Ser*, que dá o nexo real a toda existência, cujas leis regem todos os conjuntos subordinados.

Obviamente, o menor conjunto, como a menor parte, está contido em todos os maiores, e participa, é parte dos que lhe são subordinantes. O que é inferior deve obedecer necessariamente ao que lhe é superior. Assim, tanto poderíamos partir do menor para o maior, em grau ascendente, quanto do maior para o menor, em grau descendente, e a realidade deverá comportar-se, no seu desenvolvimento, do mesmo modo em todos os níveis. Pois há uma coerência entre todos os níveis. Em sentido ascendente, o ôntico obedece ao ontológico que aponta para o matético (o nível das leis supremas, ou primeiros princípios). Em sentido inverso, o nível máximo determina o ontológico, que determina o ôntico, inexoravelmente.

O nosso saber, que é o nível lógico *subjetivo*, procura entender o encadeamento desses planos, o nível lógico *objetivo*, buscando os nexos da realidade (os *logoi analogantes*) que connexionam a realidade para reproduzir sua unidade original.

Esse o esforço da filosofia concreta.

### 3 ASPECTOS ESSENCIAIS DA FILOSOFIA CONCRETA: TEORIA, APODITICIDADE, DEMONSTRAÇÃO

#### 3.1 Da teoria

Se a realidade forma, de fato, essa arquitetônica integrada, o anelo fundamental de todo filósofo deve ser o de poder desvelar essa ordem encontrando os nexos que se entrelaçam para formar sua unidade.

Então, a filosofia é *teoria*. Muito certos estavam os gregos quando intuíram que, de nossos cinco sentidos, é a visão o que nos dá o sentido do conjunto. Pelos outros quatro sentidos, percebemos o *hic et nunc*, o aqui e agora, mas a visão nos dá a unidade: a visão integra elementos aparentemente díspares de forma harmônica formando uma unidade coerente.

Nesse sentido de beleza poética, Deus, *Theos*, é aquele que tudo vê, aquele que contempla o conjunto da realidade; e teoria, *Theoría*, é visão; não apenas no sentido físico como também enquanto compreensão intelectual ampla; momento de desvelamento da realidade através da compreensão de seu sentido.

O filósofo é aquele que deseja, de um só golpe, abarcar essa visão, contemplar essa ordem. Mas a contemplação, tal como a entendiam os gregos, é algo mais do que uma mera “admiração passiva”. Refere-se, outrossim, ao momento mais elevado do processo intelectual, quando o espírito, após um processo de deliberação racional, de debate entre ideias, *dialética*, alcança o estágio mais elevado do conhecimento e *compreende a realidade como ela é*. É o que, em filosofia, se chama intuição apofântica<sup>6</sup>. Intuição é ir dentro, penetrar no âmago de alguma coisa. E apofântica é trazer à luz o que estava oculto (SANTOS, 1963, p.874).

E essa intuição que aclara, que torna compreensível o que estava obscuro acontece quando conseguimos enxergar a estrutura de uma determinada realidade e seu posicionamento no quadro geral da realidade que a circunscreve. É quando a mente encontra os nexos, as causas

---

<sup>6</sup> INTUIÇÃO: do latim *intuitio* que vem de *intus* e *ire*, ir dentro, penetrar no âmago de uma coisa, e APOFÂNTICA: (do grego *apô*, o que está oculto e *phaos*, luz) a intuição que ilumina, que aclara, que torna compreensível, subitamente, o que não nos parecia claro. É o desvelamento súbito de uma possibilidade, a descoberta de um poder que se revela em todos, mas com maior frequência nos de grande talento e nos gênios.

que determinam como uma coisa é, em exclusão a tudo o que ela não é. É quando a mente encontra o *conteúdo ontológico*.

A filosofia concreta não é apenas uma atividade lúdica da alma ou uma sistematização de opiniões de valor provisório. Pretende ser um saber teórico, pois trabalha apenas com os conteúdos eidéticos dos *Logoi*, que são encontrados ao cabo de um rigoroso processo de deduções ontológicas. Encontrar o ontológico é encontrar o que alguma coisa é, e o que alguma coisa é exclui tudo o que ela não é; e se está excluído o que ela não é, só sobra o que ela deve ser, o que ela não pode ceder sem deixar de ser o que ela é. E quando se descobre que uma coisa é assim, que obrigatoriamente só pode ser assim por que não pode ser de outro modo, por que todas as demais possibilidades estão excluídas, está encontrado um caminho único e, portanto, uma certeza absoluta.

O esforço de toda filosofia que se pretenda teórica deve ser o de encontrar esse *conteúdo ontológico*, que é verdadeiro por ser monovalente e necessário.

É, então, revestir a filosofia com o critério da *apoditicidade*.

### **3.2 Da apoditicidade**

O conhecimento apodítico é o conhecimento necessariamente verdadeiro que produz certeza absoluta. Alcança-se o critério de certeza quando a mente adere firmemente ao objeto conhecido e proclama um juízo sem medo de errar. A evidência é tão patente que a mente afasta qualquer possibilidade de dúvida e sabe que sabe.

Tal certeza apodítica só pode ser alcançada quando a mente encontra, como vimos, a verdade da coisa, aquilo que é essencial à coisa, que faz com que ela seja ela mesma e não outra coisa. Em linguagem filosófica, o *logos* (lei, arranjo interno, *eidós*, etc.) da coisa (*ontos*), sua ontologia (SANTOS, 1963; 2009).

Só a verdade ontológica pode fornecer esse estado de certeza inquestionável. Quando a mente encontra uma situação ontológica, a mente se aquieta, pois a verdade se mostra, esplende, é revelada.

À primeira vista pode parecer um processo místico ou irracional. Absolutamente, não é este o sentido pretendido. É precisamente o seu oposto. É o momento supremo do processo intelectual, ápice de uma racionalização dialética. Alegoricamente, seria a proverbial faísca

após a fricção de objetos, o momento de *insight*, como o “Eureka” de Arquimedes ou a maçã de Newton. O *nous* (espírito) não vê, compreende; e compreende por que encontrou o caminho único, o caminho da *necessidade*.

O termo necessário vem do latim *nesesse*, de *ne* e *cedo*. *Cedo* vem do verbo *cedere* que significa ceder, abandonar, renunciar, fazer cessão e *ne* é o negativo. Então *nesesse*, de onde necessário, necessidade, significa o que não é cedido, o que não se pode ceder, o que é impostergável, o que não pode deixar de ser o que é (SANTOS, 1963; 2009).

Quando alcançamos o necessário da coisa, encontramos o que uma coisa impostergavelmente *deve ser*. E quando sabemos o que uma coisa deve ser, dialeticamente encontramos o que ela *não pode ser de jeito nenhum*, o seu contrário, que passa a ser impossível. O enunciado que se refere ao conteúdo ontológico seria assim: A é necessariamente B, e só pode ser B. Ou, A é necessariamente B, e só pode ser B, e qualquer coisa que não seja B está absolutamente descartada por que é impossível.

E quando encontramos o conteúdo ontológico, podemos proferir um juízo de certeza absoluta, um juízo apodítico.

Passemos a um exemplo. Lembrando-nos da teoria da abstração, assim podemos classificar os juízos apodíticos:

Nas abstrações de primeiro grau, formamos juízos apodíticos de necessidade física (decorrente de suas leis): exemplo: os corpos pesados devem cair.

Nas abstrações de segundo grau, formamos juízos apodíticos de necessidade matemática: exemplo: o todo é necessariamente maior que qualquer de suas partes.

Nas abstrações de terceiro grau, formamos juízos apodíticos de necessidade metafísica: o antecedente é necessariamente anterior ao conseqüente.

### **3.3 Da demonstração**

A construção de juízos apodíticos, isto é, necessários, foi sempre o anelo fundamental que animou toda a atividade filosófica desde seus primórdios, quando alvoreceu na Grécia clássica.

Quando as explicações míticas, a (*dóxa*), a fé ou as crenças, ou os juízos meramente assertóricos se revelaram incapazes de fornecer um fundamento seguro para o conhecimento, os gregos passaram a procurar um caminho, portanto, um método, que conferisse validade e acerto aos juízos, afastando-os de qualquer possibilidade de dúvida.

Passaram a exigir juízos fundados nos rigores da razão (*lógos*), como são os juízos da matemática, que justificam e comprovam, por meio de demonstrações, os postulados propostos.

Por seu rigor metodológico e precisão de raciocínio, pela exigência de demonstração dos teoremas e postulados, pela evidência inquestionável de seus axiomas, a matemática sempre exerceu grande influência no pensamento grego. A matemática representava o paradigma epistemológico para a construção do projeto filosófico. O sonho dos filósofos que buscavam desenvolver o saber teórico era o de emprestar à filosofia o grau de rigor ontológico alcançado na matemática, ou mais precisamente, na geometria, o ramo eminente de então. A geometria não se reduz à prova empírica, mas recorre ao poder inquisitivo do pensamento puro: por meio de raciocínios, os teoremas são demonstrados apoditicamente, sem a necessidade de se recorrer à matéria para garantir sua verdade. Valem de *per se* e suas verdades sustentam-se em si mesmas e é justamente daí que decorre a sua relevância epistêmica.

Assim, a demonstração passa a ser o método exigido para a filosofia, empregado por todos aqueles que desejam construir a filosofia em bases absolutamente seguras. Não bastam apreciações de gosto pessoal, nem juízos probabilísticos, nem argumentos hipotéticos; toda nova ideia, se deseja adquirir o *status* de ciência, deve ser demonstrada. A autoridade da filosofia é a demonstração e o valor de cada escola filosófica decorre da excelência com que seu fundador foi capaz de demonstrar apoditicamente as teses que propôs.

A demonstração consiste em estabelecer a verdade de uma proposição por meio de um processo de dedução silogística. Partindo-se de determinadas premissas certas e necessárias, deduz-se (retira-se) uma conclusão também certa e necessária, mas que ainda não tinha sido suficientemente conhecida como verdadeira<sup>7</sup>.

Tal conclusão necessária, por sua vez, passa a ser o fundamento de uma nova demonstração, que também deverá produzir conclusões necessárias; e assim sucessivamente, até que de demonstração em demonstração, constroem-se todas as ciências, que são formadas

---

<sup>7</sup> O silogismo, literalmente “conjunto de discursos”, é estudado por Aristóteles nos *Primeiros analíticos* (I, 1, 24b20-23), sendo definido como “um discurso em que, uma vez que certas suposições sejam feitas, alguma coisa distinta delas se segue necessariamente devido à mera presença das suposições como tais”.)

por um conjunto de sentenças conectadas entre si, unidas pelo critério de verdade. Desse modo procede, como exemplo, a matemática, que de determinados axiomas são derivadas novas sentenças, que constituirão o princípio de uma nova demonstração, um novo teorema, até que se forme todo o sistema matemático.

Mas logo podemos perceber um limite nessa forma de raciocínio: a demonstração assegura a coerência do processo em seu desenrolar metodológico, mas não é capaz de fundamentar os primeiros princípios, que são assumidos como verdadeiros e aceitos como tal sem ulterior investigação. E se assim de fato for, todo o empreendimento teórico humano será meramente hipotético, condicional, *pois* "o fundamento da demonstração, em última análise, reduz-se à fé numa verdade não demonstrada" (MARTINO, 2009, p.60).

Assim arguem sua tese os céticos e relativistas de todos os tempos, que negam ao homem a capacidade de um saber certo e verdadeiro. Os limites da demonstração já os haviam percebido Platão, Aristóteles e outros tantos filósofos ao longo da história, o que os motivou, cada qual a seu turno, a buscar soluções, novos métodos para se chegar aos primeiros princípios e garantir sua validade.

A filosofia concreta procura também, por sua vez, propor suas soluções para o problema da fundamentação dos primeiros princípios da demonstração. A seguir apresentaremos a solução de Santos a esse problema.

#### 4 A SOLUÇÃO APRESENTADA PELA FILOSOFIA CONCRETA

Nos passos anteriores, expusemos, de forma sintética, o pensamento de Santos a respeito dos requisitos que deveriam revestir qualquer filosofia que pretenda reproduzir de forma verdadeira a realidade do mundo.

Em linhas gerais, poderíamos recapitular dizendo que:

- a. a filosofia é ciência e como tal exige prova, justificação (*demonstração*);
- b. essa demonstração deve partir de fundamentos certos e verdadeiros;
- c. fundamentos certos e verdadeiros são aqueles que se referem ao conteúdo ontológico, que fala da essência de uma determinada realidade.

Encontrada a essência, sabe-se o que a coisa deve ser, o que lhe é *necessário*. Quando encontramos o que deve ser, dialeticamente encontramos a impossibilidade do seu contrário, pois uma coisa ou é ou não é; não pode ser e não ser ao mesmo tempo, nas mesmas condições.

O conteúdo ontológico é o que busca a filosofia, pois, ao determinar o que uma coisa é, torna impossível o seu contrário, transformando um juízo probabilístico em monovalente.

O caminho único é o caminho da certeza.

A matemática é capaz de postular juízos apodícticos de necessidade ontológica e aí jaz todo o seu valor, pois parte de princípios axiomáticos suficientes para fundamentar seu empreendimento teórico.

O ensejo de toda filosofia teórica positiva foi o de conseguir matematizar seus princípios para revestir a filosofia do grau de certeza teórica de que goza a matemática.

Ao longo da história da filosofia, vários foram os filósofos que ofereceram propostas de fundamentação da metafísica para revesti-la de teoricidade. Não são propostas unanimemente aceitas.

Os céticos advogam que, uma vez que não se pode fundamentar a contento a metafísica, a filosofia é, no máximo, uma atividade intelectual prazerosa, mas não um conhecimento certo e verdadeiro.

Santos, após um *insight*, visualizou como poderia construir uma estrutura teórica sólida que respondesse ao problema da fundamentação do conhecimento. Tal resposta contemplaria

uma dupla partida: primeiramente, na fase negativa, elencaria os argumentos contrários à possibilidade de fundamentação para refutá-los, aclarando suas aporias inerentes; e em seguida, na fase positiva, apresentaria um *fundamentum inconcussum* capaz de sustentar todo o empreendimento filosófico.

Para entendermos a contribuição de Santos, vamos refazer seu itinerário de ideias, conforme ele as desenvolve em Filosofia concreta, começando com o primeiro passo, que denominamos *refutação*, para logo em seguida, apresentarmos sua síntese, que denominamos *concreção positiva*.

#### 4.1 Refutação<sup>8</sup>

As principais objeções à capacidade humana de um saber verdadeiro foram levantadas pelos relativistas e céticos. Vejamos suas razões e como Mário as refuta.

Tese relativista: o nosso conhecimento é mutável e relativo às diversas fases do desenvolvimento intelectual do homem.

Refutação de Santos à tese relativista:

- a. que o nosso conhecimento é mutável e relativo ao desenvolvimento humano, concede. Mas que todo conhecimento humano é mutável e relativo, nega;
- b. se existir um, mesmo que seja apenas um único conhecimento humano que não seja nem mutável nem relativo, a tese relativista derrui;
- c. ora, há esse conhecimento, e assim o será demonstrado, quando apresentarmos o *fundamentum inconcussum* proposto pela Filosofia concreta (SANTOS, 2009).

Tese cética: é impossível um conhecimento cientificamente objetivo e certo. Ou: a certeza é impossível. “O homem não dispõe de meios de conhecimentos seguros, que lhe deem a certeza de que alcança a verdade” (SANTOS, 1965, p.43).

E como justificam os céticos essa afirmativa? Vejamos.

---

<sup>8</sup> Santos desenvolve a refutação às teses relativistas e céticas em *Filosofia concreta*, às páginas 60, 61, 129, 205.

Toda demonstração é uma forma de argumentação que deve partir de princípios aceitos como verdadeiros. Mas não é possível justificar esses primeiros princípios, pois qualquer tentativa de justificação recairia em alguma destas três formas de impasse:

- a. ou se remontaria infinitamente em uma cadeia de justificações, onde um princípio teria de ser justificado pelo imediatamente anterior e assim sucessivamente;
- b. ou o raciocinar se daria em círculos, quando, em algum momento, toma-se como fundamento justamente o que se pretendia provar;
- c. ou, na impossibilidade da demonstração, far-se-ia uma parada arbitrária, assumindo uma posição dogmática.

Logo, mesmo que a demonstração seja desenvolvida com o máximo rigor lógico, sofre de um defeito incontornável: em sua origem, está sustentada por uma *premissa hipotética*. E dado que é impossível alcançar um primeiro critério, todo o conhecimento é meramente hipotético e provisório.

Refutação de Santos à tese cética.<sup>9</sup>

Essa posição falha em não considerar um caminho alternativo ao silogismo demonstrativo. Diz Santos: “O defeito fundamental dessa objeção consiste em afirmar gratuitamente que tudo é demonstrável e que nada poder-se-á ter por certo e seguro sem uma demonstração” (SANTOS, 2009, p.130).

De fato, os primeiros princípios não são passíveis de demonstração, pois a lógica dedutiva não se presta a isso: ela não é uma lógica da invenção ou da descoberta.

Mas pode-se provar *mostrando* e não só demonstrando.

Desde Aristóteles já se defendia que há um conhecimento superior e mais verdadeiro ao conhecimento científico, que é o conhecimento intuitivo dos princípios pelo espírito. Há princípios que podem ser captados pela intuição de forma imediata. Sua verdade não é alcançada por um processo de inferência, mas *mostra-se*, revela-se à inteligência imediatamente<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Mario aprofunda esse conteúdo quando retoma o tema da demonstração na p.109.

<sup>10</sup> “Dado que dos hábitos racionais com os quais captamos a verdade, alguns são sempre verdadeiros, enquanto outros admitem o falso, como a opinião e o cálculo, enquanto o conhecimento científico e a *intuição* são sempre verdadeiros, e dado que nenhum outro gênero de conhecimento é *mais exato que o conhecimento científico, exceto a intuição*, e, por outro lado, os princípios são mais conhecidos que as demonstrações, e dado que todo conhecimento científico constitui-se de maneira argumentativa, não pode haver conhecimento científico dos princípios, e dado que não pode haver *nada mais verdadeiro que o conhecimento científico, exceto a intuição*, a intuição deve ter por objeto os princípios. Isso resulta na pesquisa, não só a

A *demonstração* é um processo *mediato* que compara o que se pretende provar com algo já devidamente provado, através do uso de um termo médio.

A *mostração* não é uma sequência de juízos derivados, mas o simples apontar de uma certeza *imediata*, que, como tal, dispensa o uso de *meios* para a prova. Pois há proposições não deduzidas, inteligíveis por si, de *per se* evidentes (axiomas).

Explica Santos (2009, p.71):

Há realmente proposições não deduzidas (pois estas não precisam de outras para se mostrarem com evidência), e que são de *per se* evidentes, pois incluem em si mesmas o suficiente grau de certeza, imprescindível ao axioma, e dispensam demonstração, pois não é mister serem comparadas com outras para revelarem a sua validade.

A força da certeza decorre da impossibilidade de sua negação: “A evidência do que se mostra impõe-se por si mesma, pois sua não aceitação levaria ao absurdo” (SANTOS, 2009, p. 71).

Se existir uma proposição que preencha os requisitos de autoevidência de forma incontestada, estará derruída a tese cética, e poder-se-á construir a filosofia com juízos universalmente válidos.

Há essa certeza e ela é o ponto arquimédico que fundamenta a filosofia concreta.

#### **4.2 Concreção positiva: o ponto arquimédico**

Tem aqui início a parte positiva do pensamento de Santos, em que ele apresenta sua contribuição pessoal ao esforço filosófico. Sua originalidade reside em ter encontrado um princípio inconcusso, universalmente válido, lógico e ontologicamente fundado, sendo, desse modo, capaz de resistir à mais dura crítica cética e fundar a filosofia, devolvendo-lhe o seu *locus* privilegiado de saber supremo.

Esse ponto arquimédico é: Alguma coisa há.

---

quem faz essas considerações, mas também do fato de o princípio da demonstração não ser uma demonstração; conseqüentemente, princípio do conhecimento científico não é o conhecimento científico. Então, se não temos nenhum outro gênero de conhecimento verdadeiro além da ciência, *a intuição será princípio da ciência*. A intuição, então, pode ser considerada princípio do princípio, enquanto a ciência, no seu conjunto, é princípio com relação à totalidade do que é seu objeto”. Aristóteles, Segundos Analíticos, B 19, 100 b 5-17.

Partindo deste ponto, vamos submetê-lo à prova.

É possível refutá-lo?

Vejamos. Através da nossa experiência, constatamos que há coisas no mundo: eu, meus pensamentos, objetos, o próprio mundo.

Alguns poderiam alegar: na verdade não existem coisas; tudo o que existe são meras ilusões. O eu não existe, o mundo não existe, as coisas são produtos da minha imaginação, são pensamentos, ilusões, etc.

Em outras palavras, são ficções, *res ficta*, coisas feitas, “criadas”. Bem, mesmo as ficções, as coisas criadas, os pensamentos, a imaginação, ainda assim são *alguma coisa* e não um mero nada, um vazio, uma ausência.

E poderíamos estender este raciocínio a todo e qualquer aspecto da realidade: mesmo que tudo no mundo pudesse ser reduzido a uma mera ilusão, fantasia, quimera, ficção, mesmo assim ainda haveria *alguma coisa*: quer uma ficção, uma ilusão ou um pensamento, *alguma coisa* seriam, e não um mero nada.

Evidente que constituiriam um diferente grau de *realidade*, mas, não obstante, seriam reais, uma coisa, *res*.

*Realidade*, a grosso modo, é o conjunto das coisas, pois, em latim, coisa é *res*. *Res*, por sua vez, vem do verbo *reor*, que significa pensar ou crer. Então, coisa seria o algo em que se pensa ou se crê. O objeto do pensamento. Podemos concluir que tudo o que não é um mero nada é dotado de um grau de realidade. E o termo coisa, *res*, tanto pode referir-se ao ser concreto tempo-espacial captado pela intuição sensível como também a tudo quanto não se pode predicar o nada (SANTOS, 2009).

E a tese inicial da filosofia concreta se manteria de pé. Só um apelo à loucura poderia disputá-la, e nem assim, pois ainda aí haveria a loucura e a desrazão reafirmando o que se tenta, em vão, derruir.

Santos (2009, p.68) assim elabora este ponto:

Onde poderia estar o erro? Se afirmo que alguma coisa há, o único erro poderia estar em não haver nenhuma coisa, o que é negado até pelo meu ato de pensar, até pelo mais cético ato de pensar, pois se nada houvesse não poderia ter surgido sequer a dúvida.

Desta tese primeira pode ser inferida a primeira dedução lógica: se há alguma coisa, não pode haver o nada absoluto.

O que é o nada absoluto? É a ausência total e absoluta de qualquer coisa. É a falta total, o vazio absoluto, a negatividade pura. É o *nihilum* dos escolásticos.

Não nos referimos aqui a um nada parcial, este sim perfeitamente possível de existir e ser passível de entendimento. Poderíamos dizer, como exemplo, que não há ninguém ali, ou, não há cobras na Irlanda. Referimo-nos à ausência específica de alguma coisa em um determinado local e hora. Mas o nada absoluto, o *nihilum*, é mais do que isso. É a ausência absoluta de qualquer coisa a qualquer hora em qualquer lugar, por isso a especificação: absoluto.

O nada absoluto contraditaria logicamente *alguma coisa há*. As duas proposições não podem ser ambas verdadeiras. Se uma é verdadeira, a outra tem de ser necessariamente falsa. Uma exclui a outra: Ou alguma coisa há ou há o nada absoluto. O nada relativo não contradiz alguma coisa há, ambas podem ser verdadeiras. Mas o nada absoluto contradiz alguma coisa há, pois, sendo verdade que alguma coisa há, a possibilidade do nada absoluto está excluída peremptoriamente.

Ora, como vimos, alguma coisa há. Então, o nada absoluto não há. Ou: o nada absoluto é impossível de ser por que alguma coisa há.

Dessa maneira, fica demonstrado, de modo apodítico, o primeiro postulado da filosofia concreta: TESE 1- *Alguma coisa há, e o nada absoluto não há*.

Estes juízos são pilares seguros para a construção do conhecimento, pois resistem ao escrutínio da dúvida. Santos (2009, p.72) nos explica:

Os juízos, que estabeleceremos como pontos de partida para a fundamentação da Filosofia Concreta, são universalmente válidos. Só um apelo à loucura, refutado pelo próprio apelo, poderia afirmar que há o nada absoluto e não "alguma coisa" (SANTOS, 2009, p.72).

Esta vã e louca afirmativa já afirmaria que *alguma coisa há*. Podemos duvidar de nós, não que alguma coisa há, pois mesmo que fôssemos uma ilusão, mesmo que não *houvéssemos*, alguma coisa há. Se para expor uma filosofia precisamos de nós, não precisamos de nós para que alguma coisa haja, pois mesmo que fôssemos ilusões, seríamos a ilusão de alguma coisa

que há. Portanto, este postulado independe de nós para mostrar-se como evidente. É um juízo universalmente válido e é sobre ele que se fundará a filosofia concreta (SANTOS, 2009, p.72).

#### 4.2.1 Argumentos complementares que validam o postulado principal *alguma coisa há*

*Alguma coisa há* é uma proposição ôntica e ontologicamente verdadeira.

Considerada ônticamente, é uma proposição analítica mediata (*non per se notas*), cuja verdade decorre da nossa própria experiência.

Considerada ontologicamente, é uma proposição imediata (*per se notas*) cuja verdade decorre de sua necessidade ontológica, pois alguma coisa implica, pelo menos, o haver de alguma coisa. Ademais, seu contrário está descartado *in limine*, por ser absurdo. (o haver pressupõe sempre o haver de alguma coisa, pois o haver de nada é nada haver)

*Alguma coisa há* é inteligível por si, *de per si* evidente.

*Alguma coisa há* prova definitivamente que há proposições não deduzidas, - que não precisam de outras para se mostrarem verdadeiras, pois incluem em si mesmas o grau de certeza necessário ao axioma. Por isso, dispensam demonstração, pois não necessitam que sejam comparadas com outras para revelarem sua validade. *Alguma coisa há* já é verdadeira em si mesma, pois *alguma coisa* e *haver* se implicam mutuamente: alguma coisa revela um haver, e o haver só tem sentido se for de alguma coisa.

Também é notada de per si, e suficientemente, porque a sua negação seria afirmar o nada absoluto, o que é absurdo (SANTOS, 2009).

*Alguma coisa há* é um ente de razão e um ente real-real (SANTOS, 2009, p.76-77).

Ente de razão (*ens rationis*, dos escolásticos) é aquele cuja única existência está na mente humana. São construções conceituais e não possuem uma realidade fora dela. Assim, por exemplo, tempo e espaço; gênero e espécie são considerados, por muitos filósofos, produtos da mente humana e não entes reais com existência independente.

Já os entes reais, por oposição, são aqueles que também possuem uma existência fora da mente (*extra mentis*). Desse modo, casa, árvore, cachorro, por exemplo, são entes reais, pois

existem primariamente na realidade externa. Evidentemente possuem uma correspondência existencial na mente humana, mas sua realidade originária é extramentis.

Santos (2009, p.77) explica que *alguma coisa há* pertence a ambas categorias, o que robustece sua validade:

*Alguma coisa há* pode merecer de alguns a afirmação e que é apenas um ente de razão. Mas se *alguma coisa há* é um ente de razão, assegura imediatamente que não é *apenas* um ente de razão, mas sim um ente real, porque se há um ente de razão é por que há algo que seja o sustentáculo do mesmo. E se *alguma coisa há* é mentado, então *alguma coisa há* realmente, porque *alguma coisa há* para que *alguma coisa há* seja mentada, o que prova, conseqüentemente, que é real-real que *alguma coisa há*, o que vem robustecer, de modo apodítico, a tese, e provar também, apoditicamente, que a filosofia pode fundar-se em uma verdade universalmente válida.

Em resumo, alguma coisa deve haver para que seja possível o pensamento. O pensar é o pensamento de alguma coisa. Pensar o nada seria nada pensar. Se há pensamento deve haver um fundamento para esse pensamento.

## 5 O SER

E no princípio era o *Logos*.

Ao estabelecer-se que *alguma coisa há* estabelece-se a presença do que a filosofia chama ser. Há alguma coisa e essa coisa é ser.

Mas o que é essa realidade, o ser, que muitos filósofos descobriram em um momento de revelação teórica, que foi a fonte de inspiração de seu pensamento e base de sua filosofia, mas que, no entanto, escapa à compreensão de outros tantos que negam o seu valor por não alcançarem a profundidade de seu sentido?

Buscando seu conteúdo profundo observamos que o termo *alguma coisa* nos remete a ideia de uma realidade perene que subjaz a toda e qualquer coisa: de uma determinada coisa podemos não saber os detalhes, os seus comos e os seus porquês, a sua estrutura interna ou sua classificação, mas pelo menos uma coisa podemos saber com certeza absoluta: ela é alguma coisa e não um mero nada. Ela é ser.

O ser é o primeiro objeto de toda experiência, o que primeiro notamos por ser óbvio e intuitivo, o que não pode estar ausente em nenhum momento, pois é o “fundo” que constitui a realidade. Tudo é.

Ao mesmo tempo em que captamos intuitivamente a ideia do ser, vemos que sua definição nos escapa. É muito difícil explicar o ser em um discurso racional. Pois, com Aristóteles, aprendemos que, quando queremos conhecer alguma coisa, buscamos sua *definição* (ARISTOTELES, 2005).

Definir é encontrar o lugar específico a que pertence determinada coisa na hierarquia do mundo. Procuramos identificar a *espécie* da qual faz parte determinado objeto; em seguida, procuramos encontrar as categorias mais gerais que permitem a sua classificação, ou seja, os seus *gêneros imediatos e superiores*. Ilustremos com um exemplo bem simples: deparamo-nos com um novo tipo de um objeto qualquer, um tipo inédito segundo a nossa experiência. Imediatamente procuramos classificá-lo, incluí-lo em sua posição específica na ordem da realidade. Comparamos com objetos parecidos que conhecemos e concluimos: Este objeto é um tipo inédito de cadeira, pois faz parte da *espécie* cadeira. Não é um tamborete? Não, pois tem encosto. É natural ou artificial? É artificial, pois foi feito pelo homem. Podemos, agora, defini-lo (encontrar seus contornos reduzindo-o a outros conceitos): isto é uma cadeira

(*espécie*), que está contida no *gênero* mobiliário (que por sua vez pertence ao *gênero* artefato), que tem encosto e assento (*diferença específica*). Como vimos, para conhecer comparamos o que pretendemos conhecer com os esquemas estruturais já conhecidos, buscando encaixar a nova experiência dentro de uma cadeia de conceitos que funciona como quadro referencial. Comparar vem do latim *cum* e *par*, um ao lado do outro. Em outras palavras, pôr as coisas de par a par, uma ao lado da outra para encontrar suas semelhanças e diferenças.

Ora, com o que *com-par-ar* o ser, se ele é o vértice máximo, o ápice da cadeia? Como classificá-lo se ele é o gênero supremo? Podemos defini-lo? Algo se lhe opõe?

Em tese, só para efeito de compreensão, poderíamos dizer que o *nada* se opõe ao ser. Assim, tudo o que não é nada, é ser. Sobre qualquer realidade poderíamos perguntar: Isto é um *nada*? E a resposta invariavelmente seria: não é um *nada*, é *alguma coisa*; é um *ser*. O ser é *tudo aquilo que é* em oposição ao *nada*, é tudo aquilo ao qual não podemos predicar o *nada*. Que fique bem claro que esta é uma explicação com fins apenas didáticos, pois, em realidade, o nada não pode se *ob-por*, isto é, se pôr ao lado, diante, pois o nada é nada, e nada não se põe, não se coloca, não se afirma, por que é nada. Se o nada pudesse se opor, se colocar, ser afirmado, gozar, enfim, de algum tipo de positividade, ele deixaria de ser o *nada* e passaria a ser *alguma coisa*, isto é, *ser*.

Essa oposição que podemos estabelecer entre o ser e o nada é evidentemente uma oposição meramente lógica, mas jamais ontológica; apesar de podermos pensar o nada, este jamais pode se constituir em uma realidade extra mentis.

Então, como conhecer é comparar para encontrar uma definição específica e como não podemos comparar o ser, uma definição satisfatória que esgote o conceito torna-se impossível. Santos (1954, p.24) aprofunda essa ideia: “definir é delimitar, e o conceito de ser não tem limitações, pois o que o limitaria? Se é o ser, limitaria a si mesmo; se é o nada, este então teria aptidão para limitar, e não seria nada, mas ser”.

Por isso é tão difícil entender e transmitir o conceito de ser. Apesar de ser um conceito central da filosofia, poucos o compreenderam em sua profundidade (SANTOS, 1954, p.24).

Apesar da dificuldade, vamos tentar entendê-lo.

A ideia de ser é, primeiramente, um conceito lógico, isto é, nós o encontramos ao final de um processo de abstração mental, que parte do individual e vai hierarquicamente

classificando a realidade em busca da maior de todas as generalizações. Para encontrar o ser enquanto princípio da razão humana, tomemos o seguinte exemplo: (SANTOS, 2015, p.185)

Qual a razão (*o logos*) que une (analogia) Pedro e Lucas? Apesar de serem diferentes, pois cada um é uma individualidade única, há entre eles um ponto de semelhança, uma razão, um *logos* que os levam a pertencerem a uma mesma realidade? Há identidade entre eles? E responderíamos: sim, ambos são homens. Buscando sempre esse *logos* analogante, prosseguimos sempre em escalas maiores: E entre Pedro, Lucas e Ana? São seres humanos. E Pedro, Lucas, Ana e um cão? Seres vivos. E entre Pedro, Lucas, Ana, o cão e um carro? Não posso chama-los de seres vivos, mas seres. E dando um salto à última realidade que a tudo englobaria, onde todos se identificariam? E responderíamos: todos *são*. Podemos não saber ainda como é esse ser, ou se ele se apresenta sob diferentes aspectos ou domínios, mas uma coisa podemos saber com certeza: todas as coisas estão na realidade, participam, se manifestam, são uma presença, uma afirmação. Veja como é difícil explicar: tautologicamente recorremos ao ser para explicar o ser, mas parece ser esse o único caminho.

O Ser é o gênero supremo construído pela razão humana. Ele tudo abrange, os indivíduos, os conjuntos subsequentes, todos os conjuntos. É o maior (em extensão) de todos os conjuntos, pois tudo está nele contido. É ilimitado: o que o limitaria?

Apesar de indefinível, é o conceito mais óbvio e imediato de todos. É o que primeiro nos surge, fundamento basilar da linguagem, do pensamento e da realidade. O ser é a dimensão primordial, a interconexão das interconexões, o que unifica de modo final toda a realidade.

Podemos dizer que o ser, sob o aspecto lógico, isto é, enquanto construção noética, é uma realidade captada, compreendida e aceita por todos os filósofos. A discordância começa quando se pleiteia sua realidade ontológica, isto é, *extra mentis*.

Como já tivemos ocasião de comentar, Mário é um crítico acerbo do pensamento filosófico moderno. Ele considera a filosofia praticada a partir desse período incapaz de penetrar as grandes questões para entender seu sentido profundo, o que gera a confusão de ideias que perdura na nossa realidade filosófica. Isto se passa também no que se refere ao ser. Diz Santos (2009, p.79):

Depois da segurança observada no pensamento medieval, tão pouco estudado hoje, sobre o que seja o ser, verificamos que, em filósofos menores de nossos dias, mas de grande repercussão, o ser passa a esvaziar-se ante seus olhos, chegando alguns a negar-lhe qualquer conteúdo. Para esses, é apenas uma palavra a mais, e sem significação. Alguns propõem substituí-la pelo *sendo*,

particípio presente do verbo ser. Substituem assim o infinito, ou melhor, o indefinido *ser*, pelo particípio presente *sendo* (de onde no latim *ens, entis*, no grego *on, ontos*). E acumulam diversas razões em favor de sua opinião, razões já refutadas com séculos de antecedência na obra dos medievalistas, mas que parecem surgir vivas, quando na realidade são velhos fantasmas.

Santos (2009) elenca alguns dos argumentos levantados por esses ditos “filósofos menores”:

- a. que o ser é algo que não vemos, não tocamos, não sentimos, em suma, como vemos a cor e tocamos uma motocicleta. Estas são um *sendo*, mas e o *ser*?;
- b. que o termo ser é uma palavra vazia. Não indica nada de efetivo, de captável de real, “eterno fumo de uma realidade que se volatiliza” (Nietzsche);
- c. que o termo ser é um substantivo verbal, que pertence à família verbal do eu sou, tu és, nós somos, etc., e nada mais.

Podemos perceber que são afirmações que revelam uma maneira primária de raciocinar. Alcançam, no máximo, apenas o sentido lógico do ser, daí a confusão. O ser não é uma mera cópula, ou algo perceptível pelos sentidos. O ser tem uma valência real, ele é existente, concreto. Mas tentar explicar seu aspecto ontológico é uma tarefa quase impossível, como vimos. Por isso Santos (2009) ressalta que muitas vezes ele é captado na dialética ontológica de modo mais pático do que racional, quase como uma revelação que subitamente aclara, sem que se consiga refazer, com nitidez, os passos do processo. De repente, você sabe que sabe, mas não sabe como sabe nem como traduzir em palavras essa compreensão. Vários foram os autores que desenvolveram argumentos ontológicos para tentar explicar a realidade absoluta do ser, como Santo Anselmo e Descartes, mas que, no entanto, não foram totalmente compreendidos. E assim é que muitas vezes ainda se levantam contra o que não conseguem recolher em suas redes de compreensão, pois lhes falta a vivência da experiência.

Santos (1962) explica que Aristóteles demonstrou a necessidade ontológica do ser quando compreendeu a estrutura causal da realidade. No entanto, em mais uma prova de vício epistemológico, o conceito de causa desenvolvido por Aristóteles, com a subsequente anuência dos escolásticos, não foi integralmente compreendido, levando a objeções. Não obstante, esse conceito é um poderoso instrumento para compreender o ser em sua ontologicidade, enquanto realidade *extra mentis*.

A seguir, desenvolveremos o conceito de causa, de forma sucinta, para demonstrar e esclarecer o significado ontológico do ser (SANTOS, 1962, p.68).

Pensemos em um ser qualquer que integre a nossa experiência no mundo: um ser vivo, um objeto, um fenômeno, não importa. Qualquer ser, qualquer realidade.

Imediatamente podemos perceber que todos os seres são finitos, seres limitados em todos os sentidos: em sua constituição intrínseca (em seu *logos*) e também na temporalidade. Não existiram sempre, vieram-a-ser, tiveram um começo, principiaram, adentraram a realidade em um determinado momento/ponto.

Assim, cabe a pergunta: de onde vieram? Como algo que não era passa a ser?

Como hipótese, há três possibilidades (pois qualquer outra opção estaria contida em alguma dessas três): tal ser:

- a. veio a ser por si mesmo;
- b. veio do/pelo nada;
- c. veio de/ por outro ser.

Examinemos. Se postularmos que veio a ser por si mesmo, estaríamos dizendo um absurdo: afirmando que uma coisa, antes de existir, deu a existência a si mesma. Ora, como poderia dar a existência se ela mesma ainda não tinha existência? Como algo que ainda não é ainda em sentido pleno (pois é uma mera possibilidade de vir-a-ser), isto é, que não existe, pode causar a existência de si mesmo? Estaríamos afirmando que algo existe antes de existir, o que é um contrassenso.

Também se afirmamos que um determinado ser veio do nada, estaríamos afirmando um absurdo. O nada é nada; por definição é a ausência de qualquer positividade. O nada é vazio, não tem nenhuma forma de eficácia, ele nada pode. Dizer que o nada que nada é e que, portanto, nada pode, pôde produzir alguma coisa é um absurdo e revela uma maneira deficiente de raciocinar.

Então, podemos afirmar, agora com segurança, que um dado ser terá vindo necessariamente de outro ser, que lhe terá infundido o ser para que tenha vindo a ser.

Este é o conceito de seres contingentes. Seres contingentes são aqueles que não têm em si sua razão de ser e necessitam de outro ser para que sejam em ato, isto é, para que existam.

Todos os seres da nossa realidade são seres contingentes. Todos precisam de outro ser que os façam, que os criem, que os ponham em existência. Todos são seres dependentes

Depender de algo é, em outras palavras, pender de, vir de. Os seres contingentes pendem de outro ser para existir: são, portanto, causados por um outro ser que lhes infunde o ser.

Eis o sentido de causa em sentido clássico, como o pretendia Aristóteles. Ele queria se referir a uma causa real, não a uma causa meramente lógica ou cronológica. Vamos ouvir Mário:

Todo ente contingente, o que não tem em si sua razão de ser, e que para existir necessita de outro que o **faça**, implica, necessariamente, uma **causa**, o que o ponha em causa. O ser contingente é um ser dependente de outro, mas essa dependência deve ser **real**, ou seja, a sua existência depende **realmente** de outro, a sua realidade **pende realmente** de outro. Este do qual o segundo, que toma o nome **efeito** (de **ex-factum, effectum**, efeito), pende realmente é a sua **causa** (SANTOS, 1962, p.69, grifo do autor).

Por isso, quando dizemos que todo efeito tem uma causa estamos avançando um argumento de ordem ontológica, pois é a causa que dá a razão do ser:

De modo algum se deve compreender como causa apenas o que antecede, como pensou Hume, que daí pôs-se a combater esta ideia. Absolutamente não é apenas a antecendência, ou a prioridade, que é a essência da causa, mas sim a **dependência real**. Por não ter compreendido claramente tal aspecto, Hume e os que beberam em suas obras tais ideias, passaram a combater moínhos de vento e não o verdadeiro conceito de causa. Diz-se, assim, na Filosofia, que a causa é a razão ontológica (dá razão, **logos**, do ser, **on, ontos**) (SANTOS, 1962, p.69, grifo do autor).

Bom, assim está estabelecido que um determinado ser tem como causa de sua existência um outro ser. E este ser, que é a causa, tem naturalmente que *ser em ato*. Ou seja, existir.

Esta parte é importante e merece ser explicada, pois a sua não compreensão gerou teses absurdas na filosofia. Para tal temos de entender a diferença entre ser em potência e ser em ato.

Vamos nos valer de um exemplo simples do cotidiano para facilitar a exposição: o que fará uma determinada pessoa daqui a exatos sete dias?

Imediatamente vemos abrir um leque bem extenso de possibilidades e entendemos o seguinte: em tese, poderá fazer tudo o que não for impossível para ela.

No dia estipulado, uma ou algumas das possibilidades se realizam e as outras não.

Quando pensamos nas possibilidades, estamos falando do ser em potência, do que tem o potencial para existir, mas não existe ainda. Em filosofia, do devir, do vir-a-ser. Do que é possível, do que pode vir a acontecer. Tudo o que não é impossível (não pode), pode vir a ser.

Em potência, as possibilidades contrárias podem existir sem que se cometa um absurdo: daqui a uma semana, eu posso ou não viajar, eu posso estar viva ou morta, eu posso ir ou não ir, fazer ou não fazer, ser ou não ser.

No dia determinado, algumas das possibilidades se realizam, se atualizam e tal realidade passa a existir. Podemos agora compreender o sentido de ser em ato, ou ser existente. São as possibilidades realizadas. Na filosofia, o termo existir refere-se ao ser que se dá fora de suas causas, ao que é efetivamente no pleno exercício de seu ser (SANTOS, 2009, p.73).

O ser existente não permite a simultaneidade dos contrários. Quando uma possibilidade se manifesta, a outra contrária está automaticamente excluída, por óbvio. Daí se originam os princípios ontológicos de identidade e não contradição. Um ser não pode ser e não ser ao mesmo tempo, dadas as mesmas condições.

Então, podemos concluir que tudo o que existe, antes de existir, era uma possibilidade. Pois se não fosse uma possibilidade seria uma impossibilidade. Impossível é o que nada pode porque nada é. O ser, antes de existir, não poderia ser impossível, pois como afirmar que o impossível, aquele que não pode por que não é, gerou, causou algo que veio a ser? Como temos inúmeras vezes repetido, o que não é, o nada absoluto, nada pode por que nada é. Só o ser pode por que só o ser é.

E se a possibilidade não era um nada, era um ser, por óbvio. Eis porque Aristóteles, ao tentar entender o ser, sentiu necessidade de ampliar seu escopo para posicionar, ao lado do ser em ato (o ser existente), o ser em potência, aquele que, para poder vir a ser, já é de certo modo.

Retomando a nossa questão inicial, já estabelecemos que o ser em ato tem de vir de um outro ser, pois não pode vir nem do nada nem de si mesmo. Mas cabe a pergunta, poderá o existente ter vindo de um ser em potência? Ou, ontologicamente, a possibilidade fundamenta a existência?

A resposta mais elementar parece indicar que não: o efeito está condicionado pela causa, e nunca pode ultrapassar seus limites. O ser em potência é um ser que pode vir a ser, mas ainda não aconteceu, por isso é apenas possível. Ainda não está no pleno exercício do seu ser, isto é,

não existe. Como algo que não tem, ele próprio, existência, pode dar a outro a existência? Como “dar” o que não “tem”?

Outra forma de demonstrar: a possibilidade refere-se a algo que vai ou não vai se realizar. Mas para que essa possibilidade venha a ocorrer, tornando-se real, ela necessita de que algo a ponha em movimento, a faça vir a ser: este fundamento deve ser um ser que é, que tenha em si a realização plena, a existência, e que pode escolher manifestar ou não essa mesma possibilidade. Pois para poder é necessário ser: “Alguma coisa existe para que seja o portador do que não existe ainda” (SANTOS, 2009, p.85).

Vamos complementar nossa explicação com as palavras de Santos (2009, p.87), que são sempre esclarecedoras:

O nada absoluto nada pode produzir, porque é impossível, não tem poder, não tem eficácia para realizar alguma coisa, pois se a tivesse não seria nada absoluto, mas sim alguma coisa.

Mas, podê-lo-á o nada relativo, o não-ser relativo?.

O sentido empregado para nada relativo ou não ser relativo, nesta passagem, é o mesmo que ser em potência ou vir-a-ser, pois vir-a-ser é uma possibilidade que ainda não é, um nada relativo, portanto.

E Santos (2009, p.87) responde:

[O nada relativo], como ainda não está no pleno exercício do ser, também não pode, enquanto tal, produzir alguma coisa, pois, se o fizesse, a eficiência, que revelaria ao produzir alguma coisa, afirmaria o seu pleno exercício de ser, e não seria, portanto, um não-ser relativo, mas um ser em ato.

Assim podemos concluir, agora apoditicamente, que todo ser contingente depende de outro ser para existir, e o ser *que é causa* tem que ser plenamente, isto é, *exercitado in re* para que **possa** influir (*fluir in, fluir em*) no ser *que é efeito*. Assim, o copo de vidro depende realmente do vidro para ser, e também depende realmente do seu artesão. A primeira causa é intrínseca e a segunda extrínseca, mas ambas são causas necessárias que confluem para que uma possibilidade ganhe realidade.

E, dando sequência lógica, se um ser depende de outro ser para existir, podemos ver desenrolar em nossa mente uma série contínua e ininterrupta de causas que se antecedem, cujo fundamento é a dependência real, até que a realidade exija que se postule uma causa primeira/originária. Esta primeira causa é o Ser. Algo que é e existe e que fundamenta tudo o que é e

pode vir a ser. Todas as coisas são por que participam deste fundamento que é. Ainda difícil de entender e explicar, mas que é captado imediatamente na intuição.

Por intermédio dessa regressão podemos entender a necessidade ontológica do Ser. Deixa de ser entendido como um verbo de ligação ou uma mera classificação, pois passa a ser visto como algo real que influi realidade.

Muitos defendem que a realidade é uma ficção, uma *res ficta*, uma coisa feita. Uma mera possibilidade, poderíamos dizer. Uma série de possibilidades de possibilidades que se sucedem. Ainda que assim o fosse, tal série não poderia ser infinita, pois seu início deverá ser fundado em algo que é, e que seja o portador da possibilidade. Penso que foi isso o que Santo Anselmo percebeu ao propor seu argumento ontológico. A causa primeira (ou Deus, como ele a chamou) pode ser pensada. Se pode ser pensada, tal pensamento é uma possibilidade. Se é uma possibilidade, ou essa possibilidade é exercitada por um outro ser (pois o nada não pensa por que é nada) ou por si mesma. Se o pensamento é pensado por outro, esse outro, para pensar, tem que ser no pleno exercício do seu ser (pois algo que *ainda* não é, *ainda* não pode). Mas se o pensamento é pensado por si mesmo, ele é exercitado em si mesmo e isto é a definição de existir: o ser real, ser em si, ser no pleno exercício do ser. E o pensamento seria e existiria. De qualquer maneira que pensarmos, no final do processo encontraremos o Ser. Evidentemente não podemos saber, com certeza, se foi assim que Santo Anselmo encadeou seu raciocínio. No entanto, esta forma de interpretação enaltece a profundidade filosófica do eminente pensador e não a reduz a uma caricatura sem sentido, como fazem os vários argumentos pueris levantados em contrário, como a bobagem da ilha perdida. Penso que tais detratores pilheriam sobre o que não compreenderam, uma vez que não conseguiram captar a necessidade ontológica da causa primeira **ser**.

Enfim, em conclusão, podemos entender agora o ser enquanto realidade noética e enquanto realidade objetiva. Fechemos com as palavras de Santos (2009, p.84):

Ser, como entidade lógica, é o **sumum genus**, o gênero supremo ao qual se reduzem apenas logicamente todas as coisas. Mas ser, ontologicamente, não é o gênero supremo, mas a razão que dá o ser a tudo o que é, a razão que dá afirmação a tudo o que é” (grifo do autor).

Seguindo esta linha de argumentação, talvez possamos atribuir a Descartes a mesma lógica: Quem pensa o pensamento? Eu penso. Se eu penso, eu sou. Pois como algo que não é pode fazer alguma coisa? (no caso, pensar.) Só o ser pode, pois só o ser é. O cogito cartesiano

não é uma mera operação intelectual, mas uma descoberta ontológica do ser que fundamenta o ato de pensar, daí cogito *ergo Sum*.

O ser é o todo, a realidade que tudo engloba e tudo contém. Inclui tudo o que é e tudo o que pode vir a ser. Como em um mar infinito de potencialidades criativas, sem fundo e sem fim, nele estamos e dele participamos. Mas que cada um encontre a sua metáfora preferida para entender seu sentido...

A língua portuguesa, neste ponto, pode ser uma valiosa ferramenta, pois lidamos com o verbo ser em duas modalidades: ser e estar. Só o Ser é. Qual ser? O ser enquanto ser, o ser em si. E os outros seres, as outras modalidades de ser? Esses estão. Este está pedra, aquele está homem. Como cada um tem uma essência determinada, ele *está* alguma coisa. Mas como o ser enquanto ser não *está* nada, ele só é. (eis um jeito bem simples de explicar Santo Tomás, no que se refere à essência e existência do ser). Mas será, então, que esta forma de pensar está propugnando uma separação, uma ruptura entre o ser *que é* e os seres *que estão*? Claro que não, não intencionalmente, pois os seres que estão, estão *no Ser* e *do ser participam*. De novo voltamos à totalidade, e é impossível sair dela. O ser não se divide, pois, todos os seres compartilham a realidade de serem e nesse ponto se univocam. Em outras palavras, é o todo dado em cada parte. É como a onda, que mesmo enquanto onda, nunca deixa de ser mar...

## 6 AS CARACTERÍSTICAS DO SER

Bom, se houver alguma coisa no mundo, esta coisa *ser(á)* alguma coisa e não um nada.

HÁ ALGUMA COISA. Então, há o ser. Alguém, em sua consciência, pode negar - ou não entender esta lógica?

Se há o ser, ele pode ser estudado. A ciência que estuda o ser é a Ontologia, ou metafísica geral.

Ao olhar a realidade, constatamos que há várias maneiras de ser: seres físicos, transfísicos, matemáticos, ficcionais, etc. Percebemos que os seres têm afinidades. Começamos a classificá-los por grupos, sob o critério da semelhança. Encontramos os universais (*o um que verte em muitos*), isto é, os princípios ou leis (*logoi*) que regem um determinado grupo de seres. Mas queremos ir mais longe. Desejamos encontrar a fonte que unifica todos os princípios universais, a *arkhé*, como definiram os gregos, com as suas leis correspondentes, os *arkhé logoi*.

Cada ser tem um *logos*. Mas há uma escalaridade de seres e uma correspondente escalaridade de *logoi*. Quanto mais abrangente o ser, mais abrangentes suas leis. A realidade mais abrangente é a realidade do ser enquanto ser, isto é, o ser tomado em sua maior universalidade.

A metafísica é a ciência que busca estudar a natureza do ser enquanto ser para tentar descobrir seus atributos essenciais: os princípios e leis que integram a sua realidade.

Entendendo a metafísica nesta perspectiva, fica muito difícil entender a crítica que a ela se faz. Não obstante, atualmente, nas faculdades de filosofia, entre os mestres e alunos, nas publicações, nos trabalhos, nas comunicações, de modo proeminente tal ciência é bastante desacreditada, quando não definitivamente desterrada enquanto “vã metafísica”. Mas, afinal, o que, exatamente, se combate? Onde estão os pontos de discórdia?

Que a metafísica não pode ser compreendida na sua integralidade por que a realidade do ser, em um dado momento, transcende nossas capacidades cognitivas é um ponto em que todos concordam.

Não sabemos tudo sobre o ser, é verdade. Mas conhecimento *incompleto* não é conhecimento *errado*. Por exemplo, a física de Einstein é mais completa do que a física de

Newton. Mas isto não faz com que a física de Newton esteja errada per se, mas apenas que o escopo que Newton recortou da realidade era menor, em termos de variáveis, do que o de Einstein. E é assim que o conhecimento progride, de sedimentações em sedimentações.

Podemos não saber tudo sobre o ser, mas o que sabemos é irrecusavelmente verdadeiro. E a metafísica pode se assentar nestas bases absolutamente seguras e assim ser construída. Quando uma determinada proposição metafísica desviar, ou negar, estas bases, tal metafísica está viciada em sua origem, e deve ser descartada, obviamente. Neste ponto todos estão de acordo, sem dúvida alguma. O que não é compreensível é o porquê da boa metafísica, aquela que se funda em princípios incontestes, ser descartada em nome de erros cometidos por alguns filósofos. Isto é que é inacreditável. Como diria o dito medieval, é como jogar fora o bebê com a água suja do banho.

Mesmo que não haja consenso universal no que se refere a *todas* as proposições – e isto é inegável; *os princípios e conclusões fundamentais da metafísica estão acima de qualquer dúvida razoável*. Só a deficiência do pensamento ou um apelo à loucura poderiam negá-los. E por isso a metafísica é possível, como bem viram os clássicos e medievais.

Vejamos se alguém, de posse de sua lucidez, pode negar alguma das seguintes assertivas abaixo, em relação ao ser. Começando pelas realidades mais fundamentais, podemos saber que:

- a. hipoteticamente, poderia não haver o mundo, os seres, eu, qualquer coisa determinada. Poderia haver o nada absoluto, a ausência permanente, o abismo infinito, na linguagem poética dos mitos;
- b. mas, se houvesse *qualquer coisa*, por menor que fosse, uma mísera coisa, um mero pensamento, um minúsculo objeto, a proposição do nada absoluto estaria descartada;
- c. ora, *há alguma coisa*. (De novo, não dá para negar isto de jeito nenhum, pois a própria negação já é uma alguma coisa, e não um nada). Uma presença, algo que é.

Se o não ser (nada) não há, só há o ser.

Então podemos construir, agora sem medo de errar, com absoluta segurança, tal afirmativa: "É absolutamente verdadeira a predicação de uma presença" (SANTOS, 2009, p.134).

Alguém poderia objetar? Claro que não. Quando não se pode objetar, de forma nenhuma, pois o contrário do que se afirma é *impossível* (não pode), estamos diante de um

princípio universal válido e absolutamente verdadeiro. Princípios deste teor, quando encontrados, alçam qualquer empreendimento teórico à condição de ciência. Este princípio é o fundamento da metafísica clássica, e foi graças à sua revelação que os antigos penetraram tão profundamente no cerne da realidade.

Eis o ser, o fundamento. Encontrado o fundamento, será que mais coisas poderíamos saber dele, dos seus aspectos essenciais?

Santos (2009) nos afirma que sim, pois podemos fazê-lo através de um processo de dedução dos juízos virtuais que estão implicitamente contidos na afirmação inicial. Este processo Santos o denomina de dialética ontológica e afirma que era o processo desde sempre usado pelos bons metafísicos. Vamos desenvolver este processo:

Se só há o ser, e não há o nada, *o ser é a realidade última/ primeira/ original.*

Pois, de onde viria o ser?

Ou de um outro ser ou do nada.

Do nada não pode, por que:

- a. o nada, por ser nada, nada pode;
- b. já provamos que o nada não há;
- c. o que não é não pode produzir o que é, pois não se dá o que não se tem;
- d. para influir ser tem de estar no pleno exercício do seu ser. O nada, que não existe, nada pode.

Enfim, são várias maneiras de demonstrar a mesma coisa: a ineficácia do nada e a impossibilidade de ele ser a fonte.

Se o ser não vem do nada, ele poderia vir *de outro ser.*

Bom, nesse caso ainda haveria o ser como fonte, pois o ser em questão teria vindo de outro ser, que teria ser, devolvendo *a prioridade ao ser.*

A realidade última é algo que é, não conseguimos escapar disto.

Mas será que esta realidade veio a ser em um determinado momento? (SANTOS, 2009 p.134).

Vamos ver. Se algo veio a ser em um determinado momento significa que este algo tem um começo, um início, e, que, portanto, antes dele começar a ser o que é, ele não era. E esta é a característica de todos os seres finitos que conhecemos na nossa realidade. Todos tiveram um ponto de começo onde adentraram o tempo e o espaço. Poderá o ser enquanto ser ter também esta característica de começo?

Logo podemos perceber que não. Pois tudo que começa tem uma causa anterior que o produziu. O que poderia ter causado o ser?

Se fosse outro ser, haveria um *continuum* de ser e o ser continuaria a ser.

Se fosse o nada, já vimos.

Então, o ser não teve começo, *sempre foi*.

Mas poderia *o ser que sempre foi* ser uma composição de ser e nada? Evidentemente que não, pois o nada não pode compor, nem somar, pois é nada.

Já que o nada não pode compor, por que é impossível (nada pode), o ser é só ser, simplesmente ser, plenitude absoluta de ser, sem espaços vazios, sem diminuições ou rupturas, só ser e nada mais. Se quiséssemos recorrer a Santo Tomás para esclarecer este ponto, poderíamos dizer que no ser essência e existência se identificam, pois para a pergunta: o que ele é? Caberia a resposta: ele apenas é o que ele é, no seu pleno exercício de ser.

Se isto estiver confuso, passemos a um exemplo. Podemos perguntar sobre qualquer ser o que ele é, ou, em linguagem filosófica, qual a sua essência. E a resposta seria: tal ser existe como pedra, aquele existe como homem, este como cachorro. E o ser enquanto ser? Bom, a essência deste é apenas ser, ele apenas é, não tem uma essência mais definida e delimitada que esta: seu ser é ser. É plenamente ser, unicamente ser; nele essência e existência, ser e existir se identificam.

Mas *o ser que sempre foi* e que é *plenitude absoluta de ser* poderia deixar de ser? Mesmo não tendo tido um começo, poderia ter um fim, um término, um ponto onde carece de ulterior perfeição?

Também está claro que não. O que o limitaria? Se fosse outro ser, haveria continuidade de ser. Se fosse o nada, o nada não tem o poder de limitar, por que é nada.

E se o ser não tem limites, ele é infinito.

Vamos ouvir Santos (2009): **“O Ser é, pelo menos, de certo modo, absoluto e infinito.**

É absoluto o que é *ab-solutum*, o que é desligado, o que não provém de outro, o que não precisa de outro para ser, o que se põe a si mesmo no seu pleno exercício.

Diz-se que um ser é infinito quando não tem finitude, quando não tem fronteiras, nem limites. Ora, o que poderia limitar esse ser absoluto e primordial, enquanto primordial?

O nada absoluto? Mas este não é; nem teria eficacidade de determinar, de dar limites; pois se tivesse essa aptidão, seria ser. Portanto, não poderia finitizá-lo o nada, por que o ser, que sempre houve e há, é *ab-solutum*, é absoluto e primordial, é plenitude de ser, pois essência e existência nele se identificam, são a mesma coisa.

Não tendo sua origem em outro, nem dependendo de outro, ele é:

- a. absoluto;
- b. independente;
- c. ingenerado, imprincipiado;
- d. plenitude absoluta de ser sem limites porque só ele é plenamente ser.

Consequentemente, o ser absoluto é infinito. O termo infinito aqui deve ser tomado como ausência de limitações, e não como uma infinitude quantitativa, o que levaria a atribuir ao ser uma realidade corpórea, o que seria uma deficiência do pensamento.

O ser absoluto é infinito por que não há fronteiras ao ser poder, não há nada “fora” dele, ele é o todo.

## 7 CONCLUSÃO

Enorme distância semântica separa o conceito de filosofia tal qual o entendemos nos dias atuais de seu correlato original, pensado, vivido e ensinado na Grécia clássica, momento de seu alvorecer. A filosofia, quando raiou nos céus da pátria grega, por volta do século VI a.C., nasce com a pretensão de unificar o entendimento da realidade em um patamar de coerência superior, corporificando-se no coroamento de todos os saberes. Era a *Mathesis Megiste*, a ciência suprema. A atividade filosófica era considerada a mais nobre virtude, concebida como um ideal de perfeição buscado pelo homem sábio no horizonte da vida boa.

Este o sentido da atividade filosófica autêntica, tal qual a pensaram seus idealizadores, e que encontra sua expressão mais paradigmática na famosa Alegoria da caverna, de Platão (Platão, República, 514-517 a.C.).

Um prisioneiro – filósofo, à custa de esforços, liberta-se de uma caverna escura de ilusões, e contempla a luz meridiana do sol, que simboliza um patamar superior de realidade, de onde emana o entendimento, a verdade e o bem. Mas, mesmo tendo escapado do mundo de sombras e contemplado a luz, o filósofo sente a necessidade de retornar à caverna escura. E cabe a pergunta: Por que, Platão, ele retorna?

Platão parece compreender o exercício místico da “descida” como um momento fundamental do itinerário intelectual de formação do homem sábio; o caminho não desejado, mas necessário, da filosofia. Então, o filósofo desce. Desce porque a filosofia é realizada na história, dentro da história, sendo o mundo da vida sua matéria prima. O filósofo não é apenas uma razão pura, mas um ser-com os outros no mundo. Ele desce porque a atividade filosófica não é uma mera atividade intelectual estéril, mas uma prática de vida. Uma prática que busca viver a vida boa, a *eu zen*, a vida que vale a pena ser vivida enquanto vida humana.

Para o filósofo, existe um reino de realidade última, este sim harmonioso e eterno, sempre oculto pelas brumas insidiosas do mundo fenomênico. Diante da contemplação desta ordem eterna, à qual apenas tem acesso em momentos privilegiados do seu labor filosófico, o filósofo é levado a transcender a *pólis e* as coisas humanas (*tá anthrópina*), relativizando sua importância, pois vive no mundo à luz desta perspectiva cósmica. Assim, a “descida” se torna o próprio movimento do filósofo, não simplesmente um tema, mas o caminho da filosofia, seu itinerário, seu método, *metá-hodós*. É a “descida” que propicia a posterior “subida”, a saída da

caverna. O filósofo, ancorado por sua práxis, desce, mas guarda uma perspectiva transcendente, pois já contemplou o mundo *sub specie aeternitatis*. Como explica Sócrates: “Deve, portanto, cada um por sua vez descer à habitação comum dos outros e habituar-se a observar as trevas. Com efeito, uma vez habituados, sereis mil vezes melhores do que os que lá estão e reconheceréis cada imagem, o que ela é e o que representa, devido a terdes contemplado a verdade relativa ao belo, ao justo e ao bom” (República, 520c).

Eis o dinamismo da prática filosófica. Uma atividade circular que parte da realidade cotidiana em busca das verdades essenciais e, de lá, de novo para realidade do mundo, agora engrandecido pelo entendimento. E em cada novo movimento, uma nova forma de esclarecimento e compreensão.

E a contemplação desta sabedoria suprema, anelo que consola e dá sentido, reclama um novo posicionamento, que se concretiza em um agir. Eis o princípio da ética. Aquele que compreende dispõe das ferramentas necessárias para orientar sua ação no mundo. A contemplação fala de um esclarecimento, uma revelação, uma compreensão das grandes verdades que levam necessariamente a um novo modo de agir.

E então o filósofo retorna. Deseja conduzir sua vida de acordo com a ordem que contemplou, com o sentido que anteviu. E mais. Quer construir a realidade humana nos moldes da realidade cósmica. Através do poder do Logos, a força cósmica criadora, da qual também é parte, plasma a realidade dos empreendimentos humanos para que espelhem a ordem originária exemplar.

E assim caminha a humanidade... Uma mente iluminada por uma nova ideia jamais volta a seu tamanho anterior, e a filosofia é essa força motriz que impulsiona os homens para fora da caverna, em um eterno caminhar, que nunca repousa em um estado definitivo, pois compreende que a verdade é *alétheia*, desocultamento.

Em comparação com tão grandioso projeto, que lástima é a filosofia nos dias de hoje!

Transformou-se em uma disciplina acadêmica conteudista de menor relevância, bastante desvinculada da realidade e de suas questões fundamentais, incapaz de levar o homem ao conhecimento das primeiras e últimas causas de todas as coisas.

A linguagem filosófica da dita academia é rebuscada e tende para o pedantismo, sendo muitas vezes incompreensível para a mente normal. Os conceitos fundamentais pecam pela falta de clareza e univocidade, o que provoca falsas controvérsias e falsos problemas, causados

não pela oposição de ideias, mas sim pela imprecisão dos termos. Os textos filosóficos são excessivamente longos, cansativos e rebuscados. Como resultado, se perdem em um emaranhado de detalhes periféricos e nunca encaram as questões principais. Para aprender novos conteúdos filosóficos, qualquer leitor é obrigado a encarar páginas e páginas de um rococó filosófico insuportável cujo principal objetivo é demonstrar a erudição de seu autor, e não levar à compreensão de forma agradável e instigante.

Os cursos de filosofia também deixam a desejar. Os alunos são capazes de citar autores famosos, discorrer com minúcias sobre seus textos, interpretar seus escritos e responder fielmente às perguntas específicas. Mas não são incentivados a fazer uma análise crítica e não têm uma noção sistêmica dos principais temas da filosofia. Não há debate, nem contra-argumentos. Há o estudo filosófico, mas não há o filosofar. Por isso o que se aprende não é profundo o suficiente para impulsionar a alma para “fora da caverna”.

Aliás - e aqui repousa o maior abismo em que mergulhou a filosofia nos últimos tempos - nem há “um fora da caverna”. A realidade esgota-se no aqui e agora do mundo sensível, os juízos são meramente hipotéticos, não há invariantes ontológicos, a mente não é capaz de penetrar grandes verdades. A ética é relativa e, portanto, convencional e hipotética, a metafísica é uma quimera e uma ilusão. A realidade é meramente subjetiva e interpretativa e, então, não há uma “grande narrativa” nem uma hierarquia fundamental. O homem é a medida de todas as coisas.

Mas, poderíamos argumentar tais premissas que orientam o pensar moderno não são novidades. Desde o princípio da filosofia, ainda na Grécia clássica, os sofistas, os cétricos e materialistas já as propugnavam. E, no entanto, tais questões, nesse mesmo tempo em que surgiram pela primeira vez, foram enfrentadas, uma a uma, pelos grandes filósofos. E todas foram respondidas e refutadas, se não exaustivamente, pelo menos suficientemente.

O mais sensato a imaginar seria que a filosofia evolveria a partir desse solo fundamental já devidamente esclarecido e escoimado de dúvidas. Cada novo esforço filosófico se apoiaria “em ombros de gigantes”<sup>11</sup> para dali “ver mais longe” e partir adiante em uma ascensão contínua.

---

<sup>11</sup> Conforme conhecida citação de Sir Isaac Newton “If I have seen further it is by standing on the shoulders of Giants”, que por sua vez a emprestou de Bernardo de Chartres, séc. ”, en.m.wikiquote.org.

De modo diverso, no entanto, o que se percebe, em nossa modernidade tardia, é o retorno destas questões já refutadas com séculos e até milênios de antecedência. Somente tal fato já se revelaria bastante grave, pois demonstra a imperdoável ignorância daqueles que fazem da filosofia seu campo de estudos. Mas ainda há mais. O que, de fato, apavora é o completo predomínio deste tipo de pensamento na vida humana atual.

Estão esquecidas as conquistas filosóficas de mais de dois mil anos de labor filosófico. As bases sólidas se perdem nas brumas da ignorância e do descaso com o antigo. Na vã glória do novo, do inédito, do moderno, do tecnológico, o antigo é dito como superado e medieval torna-se sinônimo de atrasado.

E a filosofia sofre. Em mãos pouco hábeis, transforma-se em uma caricatura do que poderia ser. Do alto de suas cátedras, das salas de aulas e do meio dito culto e intelectual aqueles aos quais outorgamos deferência e confiança, justamente por sua posição de prestígio, avançam falsas ideias e proclamam pretensas novas concepções que são, na verdade, velhos fantasmas, já derruídos pela análise e confutados por rigorosas argumentações (SANTOS, 1965), que retornam para preocupar e causar confusão. E tais mestres que deveriam guiar o pensamento transformam-se em arautos do pessimismo e do desespero.

E assim chegamos aos dias de hoje e presenciamos o espetáculo da pós-modernidade. Uma sociedade acéfala, acósmica, desconectada de seus fundamentos, sem propósito e direção, orientada exclusivamente pelo axioantropológico.

Será esta a marca indelével de nosso caminhar histórico?

Preocupados com tal quadro, algumas vozes começam a surgir incentivando um processo de rememoração em um convite de retorno às origens. Antes de continuar, devemos solidificar. As grandes contribuições do passado devem ser trazidas à luz para o esclarecimento de todos, agora através de uma linguagem condizente com o século XXI.

Eis o projeto de Mario Ferreira dos Santos. Devolver à filosofia seu *locus* privilegiado, assentando-a em bases sólidas.

Começa por oferecer um ponto arquimédico, um *fundamentum inconcussum* para combater a mais radical alegação cética, a de que a filosofia não é possível enquanto ciência, pois não se funda em princípios universais válidos.

Falso. Velho fantasma. Podemos encontrar um princípio universal, como demonstramos ao longo deste trabalho. Logo, a filosofia é um empreendimento teórico epistêmico; é ciência, para usar uma linguagem tão cara ao mundo atual.

Sendo assim, a filosofia se sustenta em si mesma e pode ser fundamentada, por meio de um método rigoroso de análise e argumentação.

Tal método é a demonstração, termo usado aqui em sentido lato, que consiste em, por meio da oposição de ideias contraditórias, *dialética concreta*, encontrar, por exclusão, o juízo monovalente essencial que se refere ao conteúdo ontológico.

Tal juízo (*ordo cognoscendi*) que evidentemente se funda em um princípio (*ordo essendi*), por ser monovalente é, portanto, absolutamente verdadeiro, e pode servir de base segura para que se engendre um novo juízo, também necessário, e assim sucessivamente, construindo uma cadeia de juízos absolutamente apodícticos pois construídos em base ontológica necessária.

De posse deste juízo, que é garantido por todas as formas de demonstração e também pela experiência, forma mais imediata e concreta de conhecimento, parte-se em via ascensional buscando-se as causas primeiras necessárias que fundam a realidade.

Encontra-se o Ser, fundamento último, independente e absoluto, causa imprescindível e inderrogável, cuja negação leva a absurdos lógicos e aporias irresolúveis.

O ser é e o não-ser não é. A via da verdade é a via do ser, já dizia a deusa da sabedoria. Depois de mais de dois mil e quinhentos anos, as palavras de Parmênides ressoam com sentido claro.

A certeza é o momento em que a absoluta necessidade da verdade se revela patente; mostra-se claramente ao olhar por que assim é e só assim pode ser. A descoberta do ser é este momento de intuição apofântica em que a alma se aquieta por que repousou em um porto seguro, acima de qualquer dúvida e além da influência do axioantropológico.

Neste momento, ocorre uma conversão, que os gregos chamavam *periagogé*: uma reviravolta do olhar, que faz com que o mundo seja visto sob novas perspectivas, trazendo como consequência uma nova maneira de agir. Acontecimento, conversão, decisão. Caminho necessário da filosofia e do filosofar autêntico.

Diante desta contemplação da realidade sob a perspectiva da eternidade, o filósofo é compelido a retornar ao mundo, para moldá-lo à imagem do bem, da verdade e do belo.

Eis os passos para o reino de Deus, como nos ensinou o mestre.

### REFERÊNCIAS

ARISTOTELES. *Órganon*. Tradução do grego, textos adicionais e notas de Edson Bini. Bauru: Edipro, 2005.

CARVALHO, Olavo de. *A filosofia e seu inverso & outros estudos*. São Paulo: Vide Editorial, 2012.

MARTINO, Luís Mauro Sá. Introdução. In: SANTOS, Mário Ferreira dos. *Filosofia concreta*. 2.ed. São Paulo: É Realizações, 2009. p.9-63.

SANTOS, Mário Ferreira dos. *Análise de temas sociais* (3 volumes). São Paulo: Logos, 1962.

SANTOS, Mário Ferreira dos. *Dicionário de filosofia e ciências culturais* (4 volumes). São Paulo: Matese, 1963.

SANTOS, Mário Ferreira dos. *Filosofia concreta*. 2.ed. São Paulo: É Realizações, 2009.

SANTOS, Mário Ferreira dos. *Filosofia e cosmovisão*. 2.ed. São Paulo: É Realizações, 2015.

SANTOS, Mário Ferreira dos. *Ontologia e cosmologia*. São Paulo: Logos, 1954.

SANTOS, Mário Ferreira dos. *Origem dos grandes erros filosóficos*. São Paulo: Matese, 1965.

SANTOS, Mário Ferreira dos. *Sabedoria dos princípios*. São Paulo: Matese, 1967.